

Plano de Trabalho

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

Leste de Minas - Território 7

Municípios de Resplendor e Itueta.

Novembro de 2025



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E DE SEUS COORDENADORES	6
2. JUSTIFICATIVA	8
2.1. Público-alvo	11
2.2. Público atendido	11
2.3. Contextualização do território e histórico da atuação	13
2.4. Diagnóstico preliminar de danos e demandas	19
2.5. Fundamentação Legal	62
3. OBJETIVO GERAL	66
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	68
5. METODOLOGIA	70
5.1. Registro Familiar (RF)	70
5.2. Pesquisa-ação, Educação popular e Mobilização Social	71
5.3. Espaços Participativos Externos	75
5.4. Espaços e Metodologias Participativas com Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)	77
5.5. Ciranda	81
5.6. Materiais Pedagógicos e de Comunicação	82
6. TRANSPARÊNCIA E RASTREABILIDADE/MONITORAMENTO E CONTROLE SOCIAL	87
7. CRONOGRAMA	90
8. METAS E INDICADORES	95
9. ORÇAMENTO DETALHADO DO PROJETO	100
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108





SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP – Associação Cultivar Projetos
APETRA - Associação de Pescadores e Trabalhadores de Aimorés
Aedas – Associação Estadual de Defesa Ambiental Social
AFE – Auxílio Financeiro Emergencial
AGMs – Agentes Multiplicadores
APP - Aplicativo
ATI – Assessoria Técnica Independente
CADÚNICO – Cadastro Único
CIF – Comitê Interfederativo
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DRI – Diretrizes da Reparação Integral
EARSH – Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana
ECT&I – Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação
ETR – Economia, Trabalho e Renda
GAA – Grupo de Atingido e Atingidas
GI – Gestão da Informação
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais
IJs – Instituições de Justiça
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MOB – Mobilização
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais
MS – Ministério da Saúde
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUCARD - Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres
PAS – Plano de Ação em Saúde
PCD – Pessoas com deficiência
PCELE – Patrimônio, Cultura, Esporte, Lazer e Educação
PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais
PG – Programa
PID – Programa Indenizatório Definitivo
PIM - Programa de Indenização Mediada
POP – Procedimento Operacional Padrão
PROPESCA - Plano de Reestruturação da Gestão da Pesca e Aquicultura
PTR – Programa de Transferência de Renda
REG – Gênero e Relações Étnico Raciais
RF – Registro Familiar
RGP - Registro Geral da Atividade Pesqueira
SECI - Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Ipatinga
SGP – Secretaria Geral da Presidência
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
SIV – Situações de Vulnerabilidade



SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora



01. Identificação da entidade e de seus coordenadores





1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E DE SEUS COORDENADORES

Nome:	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas)
CNPJ:	03.597.850/0001-07
Endereço:	Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530
Representante Legal da Entidade:	Thais Amélia de Oliveira Gomes
Coordenadora Geral de Projeto:	Rayssa Pilar de Sousa Neves
Coordenador Institucional de Projeto:	Henrique Lacerda Arruda
Coordenadora Territorial de Projeto:	Brenda Sanches Ferreira



02. Justificativa





2. JUSTIFICATIVA

O presente plano de trabalho dedica-se a detalhar a proposta de atuação da assessoria técnica independente (ATI) a ser executada pela Aedas em favor da comunidade atingida nos municípios de Itueta e Resplendor.

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada no ano 2000 por moradores da comunidade de Casa Nova, no município de Guaraciaba/MG, para defender os direitos da comunidade local que, à época, esteve ameaçada pelo Projeto Hidrelétrico de Pilar por ficar próxima ao rio Piranga, afluente do rio Doce.

Desde sua criação o principal objetivo da Aedas é interceder na defesa dos direitos das famílias atingidas por barragens e garantir um plano de negociação coletiva no caso aprovação dos empreendimentos e início de danos. As ações da Aedas junto às comunidades atingidas visam a reparação justa nos temas da habitação, fundiários, meio ambiente, saneamento, transporte e estradas, educação, saúde, produção agrícola, comercialização, agroindústria, entre outros.

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, de responsabilidade da Samarco Mineração S.A. (uma joint-venture das mineradoras Vale S/A e BHP Billiton do Brasil Ltda), ocorrido no dia 05/11/2015, é, possivelmente a maior catástrofe socioambiental brasileira. O desastre sociotecnológico, mais que ambiental, é, sobretudo, humano, pois as famílias atingidas perderam tudo - não só os bens materiais -, mas também suas atividades econômicas, saúde, acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, seu modo de vida e a tranquilidade que desfrutavam nas comunidades atingidas.

Um grande desafio no processo de reparação dos danos causados pelo rompimento é o da ampla e decisiva participação no processo reparatório. Este é entendido como um processo complexo que supõe a negociação e o conflito entre diferentes interesses e grupos sociais buscando, ao fim, a harmonização e a possibilidade de seguir adiante com o desenvolvimento local através da viabilização de soluções coletivas e concretas para as demandas dos atingidos dos territórios. A participação tem como elemento central o estabelecimento de mecanismos e procedimentos que favoreçam a informação qualificada, a tradução de dados técnicos e a consolidação de pleitos dos atingidos, contribuindo para a compreensão das pessoas atingidas sobre as possibilidades reais de acesso às ações reparatórias e, assim, para suas decisões



relacionadas ao futuro de suas vidas. Isso envolve desde a oferta de informações adequadas e tempestivas, apresentadas em linguagem e formato acessíveis à população, até a definição de procedimentos de comunicação alinhados à cultura, às tradições e às práticas usuais das comunidades locais, de modo a garantir que a informação seja efetivamente compreendida e utilizada.

A Assessoria Técnica Independente (ATI) - Aedas desenvolve sua atuação em quatro territórios da Bacia do rio Doce atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton), conforme deliberação judicial e processo de construção coletiva com as populações atingidas. A atuação da Aedas como assessoria técnica independente na Bacia do rio Doce exige um esforço contínuo de presença territorial e escuta qualificada diante de uma grande extensão geográfica. São quatro territórios assessorados, compostos por 15 municípios, com distâncias que podem chegar a 280 km entre os municípios (distância entre Ipatinga, no Vale do Aço; e Aimorés, no Leste de Minas). Uma realidade que demanda estratégias específicas para garantir o acesso equitativo à informação e à participação no acompanhamento das pessoas atingidas durante o processo reparatório. Esse cenário impõe desafios logísticos e metodológicos importantes, mas também reafirma o compromisso da Aedas com um trabalho de construção contínua junto a cada comunidade, seja ela urbana ou rural.

Cada município representa uma diversidade significativa de contextos socioeconômicos, ambientais e culturais. São compostos por áreas urbanas e rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos de terreiro, azeiros e pomeranos, todos atingidos pelo rompimento e pelos desdobramentos socioeconômicos e ambientais prolongados do maior desastre socioambiental da história do Brasil.

Em contextos tão desiguais e marcados por ausências da institucionalidade, a presença da ATI se torna essencial como elo entre os atingidos e os instrumentos institucionais da reparação. A prática da escuta qualificada, da mobilização participativa e da construção de diagnósticos técnico-populares é estruturante para garantir o protagonismo dos atingidos nos processos decisórios de reparação. Além disso, a atuação da ATI é fundamental para a construção de uma compreensão qualificada, participativa e contextualizada dos danos vividos pelas populações atingidas, especialmente daqueles que não se expressam em indicadores tradicionais ou em



métricas ambientais. Em um cenário marcado por desigualdades históricas e processos de invisibilização, a Aedas assume o papel de identificar danos profundos que atingem os modos de vida, a saúde física e mental, a identidade coletiva, as relações comunitárias, os vínculos culturais e a sustentabilidade econômica local. Danos como esses são frequentemente ignorados por abordagens padronizadas, que não captam a complexidade da vivência territorial.

Ao caminhar nos territórios, ouvir as comunidades, sistematizar experiências e organizar oficinas participativas, a ATI colabora para a formulação de um diagnóstico técnico-popular mais justo e condizente com a realidade. Por meio de metodologias interdisciplinares e adaptadas ao contexto local, constrói-se um entendimento ampliado dos danos, essencial para assegurar uma reparação que seja de fato justa, integral e transformadora. A atuação se desenvolve em uma vasta extensão territorial, que cobre o curso médio do rio Doce e seus principais afluentes, passando por áreas de alta diversidade ecológica e geográfica, entre serras, várzeas, regiões inundáveis, florestas em regeneração e territórios tradicionalmente ocupados.

Muitas dessas comunidades sequer foram reconhecidas como atingidas nos cadastros iniciais, sendo necessário um trabalho sistemático e ativo da ATI para o reconhecimento de direitos coletivos e individuais e para a reparação de danos invisibilizados, com especial atenção às desigualdades de raça, gênero, faixa etária e território. A exclusão inicial, tanto institucional, quanto nos processos indenizatórios, atingiu de forma desproporcional mulheres, jovens, idosos, crianças, pessoas negras, povos indígenas e populações do campo. Por esses motivos, a atuação da Aedas assume um caráter multidisciplinar e intersetorial, envolvendo profissionais de diversas áreas do conhecimento que atuam de forma integrada.

A construção dos Planos de Trabalho da ATI exige planejamento territorializado, contínuo e adaptado, com capacidade técnica para responder à complexidade das demandas e à diversidade dos sujeitos e territórios envolvidos. Cabe ressaltar que a função da ATI é técnica, mas é também política, no sentido auxiliar as pessoas atingidas na compreensão das discussões coletivas sobre suas demandas, os danos e a reparação, bem como também é pedagógica, contribuindo para a reconstrução dos vínculos comunitários, para o fortalecimento da autonomia dos atingidos e para a garantia do



direito à participação informada nas decisões que dizem respeito aos seus modos de vida, territórios e projetos de vida.

É nesse sentido que a presença permanente da ATI nesses territórios, com recursos adequados, equipes completas e estrutura de suporte, é condição essencial para garantir avanço na reparação. Esse papel torna-se ainda mais relevante diante da morosidade do processo reparatório e das profundas desigualdades socioespaciais intensificadas desde o rompimento. A continuidade da ATI é decisiva para assegurar o princípio da reparação integral, com justiça social, participação informada e respeito à diversidade dos modos de vida, conforme assegurado na Constituição Federal e nos tratados internacionais de direitos humanos e ambientais ratificados pelo Brasil.

2.1. Público-alvo

A Aedas, assim como nenhuma outra entidade, dispõe do número real de atingidos e atingidas, tampouco do parâmetro descritivo da população que identifique atingidos(as) no território. Diante disso, cientes de que o universo de atingidos é desconhecido, a assessoria não define quem pode ou não se reconhecer enquanto atingido(a), e considerando os extensos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, utilizamos os dados populacionais do Censo 2022 do território para estimar o público-alvo de 23.281 (vinte e três mil, duzentas e oitenta e um) pessoas ao total.

Municípios do território	N	%
Resplendor	17.226	74,0%
Itueta	6.055	26,0%
Total do público-alvo	23.281	100,0%

Tabela 1: Público-alvo do plano de trabalho Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados populacionais do Censo 2022.

2.2. Público atendido

Com o objetivo de estimar o público efetivamente atendido no do Projeto de Assessoria Técnica Independente na região que contempla o território 07 (município de Resplendor e Itueta) para o Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva, calculou-se o tipo de engajamento participativo nas diferentes estruturas participativas da Aedas nos anos de 2022 e 2023.



Nesse sentido, a participação social foi categorizada, a partir do espectro proposto por Vitorelli e Barros (2022), a partir do qual foi identificada a prevalência de três tipos de público no trabalho desenvolvido pela assessoria técnica independente:

Público envolvido - É a parcela da população atingida que busca a informação trazida pela assessoria técnica independente, envolvendo-se com os materiais comunicativos produzidos, solicitando atendimentos e/ou participando de espaços participativos realizados de forma eventual.

Público engajado - É a parcela da população atingida que se insere de forma orgânica e recorrente nos espaços participativos comunitários da ATI. Estes, ainda que não participem ativamente do processo de formulação de produtos e de arenas participativas da reparação a nível territorial (tais como reuniões públicas fora do território ou da comissão de atingidos), demandam um acompanhamento próximo por parte da ATI e se fazem presentes nos espaços realizados na comunidade.

Participação colaborativa: Esta é a parcela da população atingida que se envolve de maneira mais intensa com os desdobramentos do processo de reparação. Se envolve tanto em caráter formulativo quanto deliberativo, atuando como referências em suas respectivas comunidades.

Com base na tipologia acima apresentada, o orçamento do plano de trabalho foi estimado considerando o atendimento prioritário desses três tipos de público e o histórico de atuação do projeto anterior, executado entre 2022 e 2025. É importante destacar que o Acordo Judicial traz importantes mudanças para o cenário da reparação com novos reconhecimentos e possibilidades de acesso. Dessa forma, ainda que o recorte do período anterior sirva de base para um dimensionamento de projeto, é difícil afirmar que esta base é um indicador confiável para a demanda da ATI no próximo período.

TIPO DE PÚBLICO	ESTIMATIVA
Público envolvido	4000 pessoas
Público engajado	1600 pessoas
Participação colaborativa	80 pessoas



Enquanto o público envolvido foi estimado levando em consideração a demanda atual efetiva da ATI, os públicos engajado e colaborativo foram calculados levando-se em consideração a disponibilidade de recursos para execução da metodologia participativa existente no Acordo.

2.3. Contextualização do território e histórico da atuação

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido no dia 05 (cinco) de novembro de 2015, devastou, asfixiou, arrasou, destruiu e matou uma das principais bacias hidrográficas do Brasil. O rio Doce sempre desempenhou um papel central na história e no cotidiano das populações de Resplendor e Itueta, moldando espaços, práticas culturais e modos de vida. A dinâmica do rio ia muito além da subsistência e das atividades econômicas: ele também era fonte de lazer, cenário para esportes, brincadeiras nas praias, pesca artesanal e encontros sociais, como os tradicionais churrascos em suas margens. Com o rompimento da barragem de Fundão e a consequente contaminação do rio por rejeitos, essas dinâmicas foram profundamente transformadas, afetando não apenas a economia local, mas também a vida comunitária, fragilizando vínculos sociais, provocando conflitos e alterando formas de convivência e sociabilidade.

Nesse cenário, o projeto proposto tem como objetivo oferecer assessoria técnica à população atingida nos municípios de Itueta e Resplendor (MG) - Território 7. Para tanto, descrevemos a seguir as características do espaço territorial e social, os elementos identitários e culturais e o registro histórico organizativo dos dois municípios mencionados, para melhor compreensão e visualização do Território 7.

O município de Itueta, situado na porção Leste do estado de Minas Gerais, possui área territorial de 452,676 km² e uma população estimada, para o ano de 2025, em aproximadamente 6.200 habitantes. De sua área total, cerca de apenas 1 km² corresponde à zona urbana, sendo que aproximadamente 33% dos moradores residem em área rural, conforme dados do IBGE (2023). Ainda de acordo com o referido instituto, 54,14% da população de Itueta se autodeclara negra (pretos e pardos) e 88,06% das pessoas com idade superior a 15 anos são alfabetizadas, índice inferior às médias nacional (93%) e estadual (94,15%). Ademais, segundo informações da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (2023), 47% das famílias residentes no município



encontram-se em situação de pobreza, estando 1.843 delas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais.

O município de Itueta faz divisa com Resplendor (MG), Aimorés (MG) e Pancas (ES). Geograficamente, é atravessado pelo rio Doce e apresenta duas áreas distintas: ao sul, concentram-se a Sede municipal e o distrito de Quatituba, caracterizados como a porção urbana; ao norte, encontram-se diversos aglomerados rurais conhecidos como córregos, além da Vila Neitzel, comunidade tradicional pomerana reconhecida como patrimônio cultural do município.

A região norte abriga aproximadamente um terço da população de Itueta e reúne diversas comunidades rurais, entre as quais se destacam: Vila Neitzel, Córrego do Chapéu, Santo Cristo, Beira Rio, Córrego Jequitibá, Córrego Boa Sorte, Bícui e Córrego Santo Antônio. A sede municipal corresponde à “Nova Itueta”, cidade realocada em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés, situada a cerca de 3 km de Quatituba, distrito que se consolidou como um dos mais populosos e de maior dinamismo comercial do município.

Itueta é um território marcado por impactos de grandes empreendimentos. Além de sofrer os efeitos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015, o município também enfrenta as consequências socioeconômicas da implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés (UHE), inaugurada em maio de 2006. A instalação da usina resultou na migração forçada de famílias tradicionalmente ribeirinhas, com a desapropriação de 318 propriedades e a transferência da população para a chamada “Nova Itueta”, localizada a cerca de 5 km da margem do rio Doce. O processo ocorreu de forma acelerada, com a construção da nova cidade, a demolição da antiga e a realocação da comunidade acontecendo de maneira simultânea, sem tempo hábil para adaptação ou transição, o que intensificou os impactos sociais e culturais da mudança.

Os moradores mais antigos de Itueta Nova se reconhecem como ribeirinhos, pois cresceram às margens do rio Doce, esse que sempre desempenhou papel central na vida social, econômica e cultural da comunidade. O rio Doce garantia alimento por meio da pesca artesanal, servia de via de transporte, proporcionava lazer e sustentava práticas tradicionais transmitidas de geração em geração. Já os jovens que nasceram e cresceram em Itueta Nova não compartilham dessa identidade, uma vez que não tiveram a



oportunidade de conviver e usufruir do rio, em razão tanto da remoção forçada causada pela construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés quanto dos impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Além da comunidade pomerana de Vila Neitzel, Itueta abriga também os ribeirinhos de Santo Cristo e os pescadores artesanais — comunidades autodeclaradas tradicionais que não foram reconhecidas no novo acordo de reparação —, bem como os povos indígenas Pury das comunidades *Ã Pukiu* e *Krim Orutu Pury*, esses sim reconhecidos no Novo Acordo (Anexo 3).

O município de Resplendor possui área de 1.081,796 km², em sua maior parte de caráter rural, e faz divisa com Santa Rita do Itueto (MG), Itueta (MG), Cuparaque (MG), Goiabeira (MG), Conselheiro Pena (MG), Pancas (ES), Alto Rio Novo (ES) e Baixo Guandu (ES). Segundo dados mais recentes do IBGE (2022), sua população é de 17.226 habitantes, com projeção de alcançar 17.629 em 2025.

De acordo com o IBGE (2023), 64,64% da população de Resplendor é negra (pretos e pardos), com maioria feminina. O índice de alfabetização da população acima de 15 anos é de 89%, percentual inferior às médias nacional (93%) e estadual (94,15%). Ainda segundo a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (2023), 36% das famílias residentes no município vivem em situação de pobreza, sendo 4.345 registradas no Cadastro Único.

Grande parte da população de Resplendor tem na agricultura sua principal atividade econômica e fonte de sustento. O município, de perfil majoritariamente rural, concentra numerosas famílias que dependem do trabalho no campo, especialmente da agricultura familiar. Entre as principais práticas destacam-se o cultivo de hortaliças, frutas e lavouras diversificadas, além da criação de gado voltada à produção de leite. Essa relação com a terra não apenas garante a subsistência das famílias, mas também movimenta a economia local, marcando a identidade do território.

A sede municipal de Resplendor localiza-se às margens do rio Doce e é dividida por ele em duas partes. O município possui, além da sede, cinco distritos: Bom Pastor, Calixto, Campo Alegre de Minas, Independência e Nicolândia. A cerca de 17 km da sede está Vila Crenaque, comunidade auto reconhecida como ribeirinha, situada a poucos metros do rio Doce. Durante décadas, seus moradores tiveram no rio a base de seu modo de vida, com acesso à pesca, ao cultivo de hortas e frutíferas e ao lazer, elementos



centrais para a identidade cultural, a soberania alimentar e a renda local. Com o rompimento da barragem de Fundão, esse modo de vida foi profundamente alterado.

Em Resplendor também se encontram três assentamentos de reforma agrária, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2020): Gilberto de Assis (35 famílias), Roseli Nunes (45 famílias) e Dorcelina Folador (35 famílias). Nessas áreas, organizadas em associações, vivem agricultores familiares cuja renda é proveniente, sobretudo, da bovinocultura voltada à produção de leite. Além disso, há experiências de cultivo de hortaliças e verduras destinadas à comercialização.

O assentamento Gilberto de Assis enfrenta sérias limitações hídricas: a baixa disponibilidade de água, especialmente no período de estiagem, obriga as famílias a recorrerem ao fornecimento por caminhões-pipa da prefeitura. Os poços existentes, em sua maioria, apresentam água salobra. Em contrapartida, o assentamento Roseli Nunes possui maior disponibilidade de água, o que garante às famílias acesso mais estável para consumo. Ambos, entretanto, sofrem com processos de desmatamento e com o uso de agrotóxicos, fatores que contribuem para a degradação do solo e dos recursos hídricos da região.

No município de Resplendor foram identificadas duas associações de pescadores, a Aperdoce - Associação dos Pescadores Profissionais e Amadores do Médio Rio Doce com 21 membros e a Aperedore - Associação dos Pescadores Profissionais e Amadores Resplendor com 60 membros. Os pescadores desta localidade se inserem em colônias de pesca no estado de Minas Gerais e no estado do Espírito Santo. Os relatos são de que nem todos os pescadores conseguiram acessar os seus direitos, sendo que os pescadores amadores e, notadamente, as trabalhadoras da cadeia da pesca, foram excluídos. As associações, impossibilitadas de atuar no ofício da pesca, se mantiveram como forma de organização social para garantir acesso aos direitos dos pescadores.

A partir de janeiro de 2018, após serem informados por organizações sociais do processo em curso, os municípios de Itueta e Resplendor iniciaram a criação das suas Comissões Locais como espaços de debater assuntos relativos à reparação. Em Resplendor, começaram a se reunir atingidos que já se organizavam em diferentes espaços de luta desde a construção da Barragem de Aimorés. A partir do debate do direito à água de qualidade e ao abastecimento alternativo ao rio Doce, essa Comissão Local organizou reuniões e uma pauta inicial de reivindicações, que já considerava o



direito à Assessoria Técnica Independente. Também organizou assembleias com a presença do Ministério Público e outras instituições. A Comissão Local buscou unificar diversos grupos de atingidos que já atuavam de forma dispersa e fragmentada, fosse individualmente, em grupos informais ou em associações e entidades representativas. Ao longo de suas atividades, a referida Comissão Local, que também abrangia atingidos de Itueta, decidiu se dividir entre os municípios a fim de otimizar a participação da população.

Foram realizadas dezenas de reuniões das Comissões Locais, reuniões informativas em bairros e comunidades, reuniões públicas, sendo que várias dessas atividades contaram com a presença do Fundo Brasil de Direitos Humanos, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público Federal, além de seus peritos que atuaram no caso.

No início de 2020, com o apoio de advogados, foram criadas nos municípios de Itueta e Resplendor as Comissões de Atingidos voltadas à adesão ao sistema simplificado de indenização, conhecido como Novel, instituído pelo Juízo da 12ª Vara Federal da SJMG, visando à indenização de danos individuais de difícil comprovação para determinadas categorias. Assim, ocorreu a homologação das matrizes de danos pleiteadas pela Comissão de Itueta, em 11 de novembro de 2020.

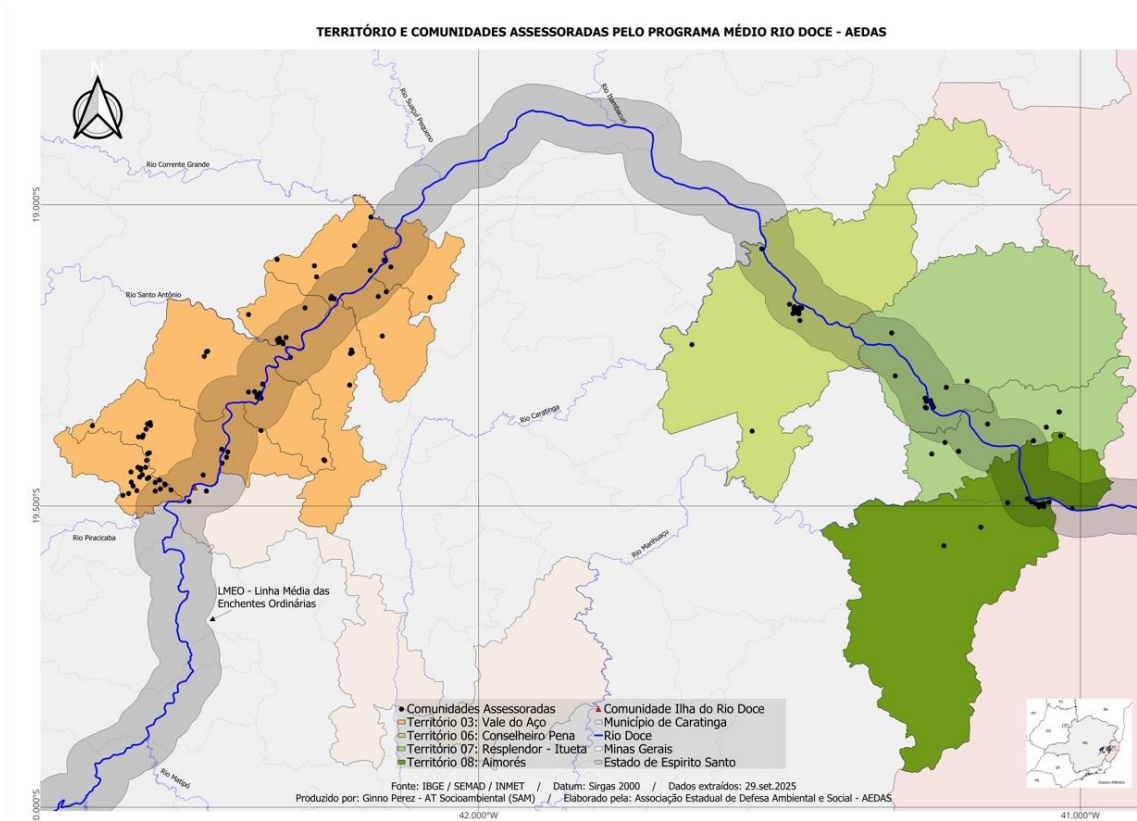
A forma deficiente de implementação do Novel e do Programa de Indenização Mediada - PIM pela Fundação Renova, o corte indevido do Auxílio Financeiro Emergencial - AFE e graves falhas no cadastramento de pessoas atingidas, segundo relatos colhidos junto às comunidades e demandas apresentadas em Juízo, demonstraram a necessidade de um apoio efetivo da Assessoria Técnica visando a auxiliar na garantia do direito à indenização e acesso aos programas da reparação, com tratamento isonômico entre as pessoas atingidas e respeito às especificidades existentes.

Com a chegada da Aedas como Assessoria Técnica Independente escolhida pela Comissão Local dos Atingidos e Atingidas de Itueta e Resplendor, foi iniciado o processo de organização das pessoas atingidas a partir dos Grupos de Atingidas e Atingidos (GAAs). Esses grupos foram divididos com base na organização pré-existente da população atingida, considerando os aglomerados rurais e os bairros atingidos, principalmente. Assim, atualmente, temos assessorado o total de 18 GAAs dentro de



Itueta e Resplendor, que somados, contabilizam 519 pessoas atingidas. Além dos GAAS, a Aedas trabalha com a metodologia dos Agentes Multiplicadores (AGMs), que tem como objetivo fortalecer as lideranças dos territórios, responsáveis por disseminar as informações sobre o processo reparatório e mobilizar suas comunidades. Em Itueta e Resplendor, somados, são 53 AGMs, acompanhados pela equipe da Aedas.

Além dos grupos de atingidos e atingidas e do coletivo de agentes multiplicadores, a Aedas também assessora a Comissão Territorial de Itueta e Resplendor, organização consolidada com o apoio da ATI no final do ano de 2023, após determinação das Instituições de Justiça para cumprimento do TAC-Governança. A Comissão Territorial de Itueta e Resplendor é formada por 18 pessoas atingidas ativas, com representatividade de pomeranos, pescadores, indígenas Purys, agricultores, ribeirinhos, e pessoas atingidas das diversas localidades como: Itueta e Resplendor sede, Vila Neitzel, Ocupação de Itueta, Córrego do Santo Cristo, Quatituba e Vila Crenaque. A Comissão Territorial tem cumprido papel essencial na luta das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Itueta e Resplendor e na conquista de direitos dessas pessoas com o assessoramento da Aedas.



¹Fonte: Aedas, 2025.

2.4. Diagnóstico preliminar de danos e demandas

O Território 07 - Resplendor e Itueta, integrante da área de atuação da Aedas no Médio Rio Doce, caracteriza-se por sua notável diversidade sociocultural e econômica, abrangendo realidades urbanas e rurais, ribeirinhas, pescadores artesanais e tradicionais, comunidade pomerana e agricultores familiares. Sobre essa complexa teia de vida que o rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, se abateu, transcendendo a dimensão ambiental para tornar-se um evento catalisador de violações multidimensionais que destruturou profundamente a existência de centenas de milhares de pessoas. O crime impôs uma multidimensionalidade de danos que vão desde a contaminação ambiental até a ruptura de modos de vida tradicionais, passando por graves danos na saúde física e mental, no trabalho, na renda e no tecido social.

Nove anos depois, as populações atingidas continuam a enfrentar os efeitos cumulativos e interligados do crime da Samarco/Vale/BHP Billiton. Essa diversidade territorial e sociocultural imprime aos danos um caráter profundamente diferenciado, exigindo respostas reparatórias que sejam específicas, territorializadas e construídas a

¹ Fonte: Aedas, 2025.



partir da escuta qualificada e da participação ativa das populações locais. Muitas das formas de sofrimento e perda, como os danos sobre os modos de vida, a identidade coletiva, as relações comunitárias, a saúde mental e as práticas produtivas tradicionais, não são capturadas por instrumentos técnicos padronizados, o que historicamente tem resultado na sua invisibilização nos processos de reparação.

É nesse contexto que se insere a atuação da Aedas. Por meio da escuta qualificada, da mobilização social e de metodologias participativas interdisciplinares, a Assessoria Técnica Independente (ATI) identifica e sistematiza os danos e demandas comunitárias, traduzindo a realidade vivida para construir a base técnica necessária para uma reparação integral, justa e emancipadora. Entende-se que os danos aqui catalogados possuem caráter multidimensional e cumulativo, manifestando-se de maneira diferenciada conforme o território, o perfil sociocultural e as condições de vida prévias das famílias. Mais do que um levantamento temático, este diagnóstico busca evidenciar as interdependências entre as dimensões socioambiental, econômica e de saúde, reforçando a necessidade de abordagens integradas e territorializadas no desenho das ações de reparação.

Este diagnóstico preliminar constitui uma síntese analítica dos danos identificados no território 07, com base nos atendimentos, nos registros sistemáticos do Registro Familiar (RF) e na participação ativa das comunidades. Seu objetivo é delimitar os eixos centrais de violação de direitos decorrentes do rompimento, articulando os danos relatados pelas populações atingidas às demandas reparatorias urgentes e estruturantes.



2.4.1. Agravamento da Vulnerabilidade Socioambiental e Climática

Os municípios de Resplendor e Itueta, inseridos no semiárido brasileiro, enfrenta um cenário de risco climático amplificado, onde o rompimento da barragem de Fundão atuou como um multiplicador de ameaças sobre um ambiente já naturalmente susceptível à escassez hídrica e a eventos extremos. A contaminação do Rio Doce e seus afluentes e expansão das áreas de pastagem agravou drasticamente a já crítica situação hídrica regional, fragilizando a capacidade de resiliência dos ecossistemas e das comunidades. A combinação perversa entre a degradação ambiental causada pelos rejeitos e a intensificação dos períodos de estiagem e de chuvas torrenciais - características do semiárido brasileiro- amplifica os danos sobre populações que já enfrentavam condições de vulnerabilidade.

As "enchentes de rejeito" tornaram-se particularmente devastadoras nesta realidade, pois além dos danos imediatos de alagamento, espalham contaminantes que comprometem as já escassas fontes hídricas e os solos agricultáveis. Este ciclo vicioso aprofunda concretamente a insegurança hídrica e alimentar, configurando um cenário onde o dano ambiental industrial se soma às adversidades climáticas naturais, amplificando a crise social. O resultado é a fragilização extrema da resiliência econômica local, baseada na agricultura familiar e no extrativismo, e a insuficiência das redes de proteção social para dar conta destas crises sobrepostas, exigindo respostas urgentes que dialoguem com as especificidades do território.

Demandas: O agravamento da vulnerabilidade socioambiental e climática no território 7, intensificado pelo rompimento da barragem, demanda respostas urgentes que articulem o enfrentamento dos danos do desastre-crime com as estratégias de convivência com o semiárido. É fundamental a implementação de um sistema de alerta precoce comunitário adaptado à realidade local, com monitoramento participativo das condições climáticas e hidrológicas, capacitação de brigadas locais de emergência e estruturação de abrigos temporários em áreas seguras.

Paralelamente, tornam-se necessários projetos de adaptação climática com enfoque territorial, incluindo a recuperação de nascentes e matas ciliares para regulação hídrica, a implementação em escala de infraestrutura verde de captação e armazenamento de água de chuva (como barraginhas, cisternas de placa e



terraceamentos) e o incentivo à agricultura de base agroecológica, mais resiliente aos extremos climáticos.

Diante da insegurança hídrica crônica agravada pela contaminação, demanda-se políticas específicas de segurança hídrica, com ampliação massiva de cisternas para consumo humano e produção agrícola, criação de bancos de sementes crioulas adaptadas ao semiárido e distribuição regular de água potável em períodos críticos de estiagem.

Para enfrentar o risco específico de contaminação durante as enchentes, são urgentes planos de contingência que prevejam a distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), o monitoramento sanitário pós-inundações e a vigilância popular da qualidade da água e do solo. Medidas de proteção social antecipatória são igualmente cruciais, incluindo a ativação automática de benefícios emergenciais diante de alertas meteorológicos e protocolos específicos para proteção de grupos vulneráveis.

Para romper o ciclo de vulnerabilidade, é imprescindível fortalecer a resiliência econômica local mediante a criação de um fundo de emergência para perdas agrícolas, a implementação de seguros da agricultura familiar e a diversificação de fontes de renda baseadas na economia do semiárido. Essas medidas, articuladas de forma coordenada, visam construir a convivência com o semiárido em novas bases, considerando o contexto pós-desastre.

Quadro 01 - Agravamento da Vulnerabilidade Socioambiental e Climática Território 7

Dano Identificado	Demandas Comunitárias e Estruturantes	População atingida prioritária
Aumento da frequência e intensidade de desastres (enchentes, secas)	– Sistema de alerta precoce comunitário	Populações ribeirinhas, comunidades em áreas de risco, agricultores familiares, PCTs
	– Monitoramento hidrometeorológico participativo	
	– Brigadas locais de emergência	
	– Estruturação de abrigos temporários em áreas seguras	
	– Recuperação de nascentes e matas ciliares	



Aprofundamento da Insegurança Hídrica	- Infraestrutura verde (barraginhas, terraceamento)	Agricultores, PCTs, populações urbanas periféricas, comunidades isoladas
	- Sistemas comunitários/individuais alternativos de produção de energia (solar	
	- Ampliação de cisternas para consumo e produção	
	- Distribuição regular de água potável em períodos críticos	
Agravamento da Insegurança Alimentar	- Incentivo à agricultura agroecológica resiliente- quintais produtivos	Famílias de baixa renda, agricultores atingidos, crianças e idosos
	- Criação de bancos de sementes crioulas	
	- Políticas específicas de segurança alimentar	
	- Fortalecimento de circuitos curtos de comercialização	
Risco de contaminação durante e após eventos climáticos	- Plano de contingência para enchentes com foco na contaminação	Ribeirinhos, pescadores, comunidades com saneamento precário
	- Distribuição de EPIs para exposição a rejeitos	
	- Monitoramento sanitário pós-inundações	
	- Vigilância popular da qualidade da água e solo	
Fragilização da Resiliência Econômica Local	- Criação de um fundo de emergência para perdas climáticas	Pescadores, agricultores familiares, comerciantes locais, catadores de materiais recicláveis
	- Implementação de seguros coletivos para pequenos produtores	
	- Diversificação de fontes de renda não dependentes do rio	
	- Fomento a economias locais e verdes	
	- Ativação automática de benefícios emergenciais diante de alertas	



Proteção Social Insuficiente frente a Crises Sobrepostas	– Mapeamento prioritário de famílias em vulnerabilidade extrema	Idosos, PCDs, mães-solo, famílias em extrema pobreza
	– Protocolos específicos para evacuação de idosos, PCDs e comunidades isoladas	
	– Fortalecimento da rede SUAS	
Degradação Acelerada dos Ecossistemas	– Projetos de adaptação climática com enfoque territorial	Populações que dependem dos serviços ecossistêmicos (água, pesca, agricultura)
	– Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs)	
	– Manejo sustentável da biodiversidade	
	– Corredores ecológicos para aumentar a resiliência	

Tabela 2: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.2. Danos e demandas socioambientais e crise hídrica

Além dos danos ao território e aos recursos naturais, a crise hídrica emergente revela o custo humano direto da contaminação no Território 7. O território enfrenta uma grave crise socioambiental, com impactos profundos que comprometem a saúde dos ecossistemas, a segurança hídrica e alimentar e as atividades produtivas tradicionais intimamente ligadas à cultura local.

A contaminação hídrica do rio Doce, seus afluentes e águas subterrâneas por rejeitos gera insegurança ambiental permanente para populações ribeirinhas, pescadores tradicionais, ilheiros e comunidades como os pomeranos e a Vila Crenaque, agravada pelas alterações no regime de cheias e pelas "enchentes de rejeitos". A degradação dos solos agrícolas e das Áreas de Preservação Permanente (APPs), somada à perda crítica de biodiversidade e da fauna aquática, atinge diretamente agricultores familiares, ilheiros e pescadores artesanais, cujos modos de vida e identidade cultural dependem da integridade do ambiente.

Este cenário resulta em insegurança hídrica e alimentar generalizada, exigindo monitoramento contínuo, recuperação de nascentes e ecossistemas, tecnologias sociais de captação de água e remoção segura de rejeitos acumulados. Problemas sanitários,



como a destinação inadequada de resíduos sólidos e a inexistência de esgotamento sanitário adequado, ampliam os riscos à saúde e a própria degradação de mananciais, demandando saneamento básico e vigilância epidemiológica com participação comunitária.

Demandas: Diante da grave crise socioambiental, as comunidades do Território 7 demandam monitoramento contínuo, independente e participativo dos recursos hídricos, com ações urgentes de desassoreamento do Rio Doce e seus afluentes, implantação de sistemas alternativos de abastecimento de água potável (como cisternas e poços artesianos) e garantia de distribuição emergencial de água mineral para consumo humano, assim como água para produção.

Para enfrentar a degradação de solos e perda de biodiversidade, demanda-se programas de recuperação de nascentes e matas ciliares, implementação de tecnologias sociais como barraginhas e terraceamento, além de projetos de repovoamento da fauna aquática e manejo sustentável de espécies nativas. A insegurança alimentar requer apoio imediato à agricultura familiar e agroecológica, com especial atenção aos sistemas tradicionais pomeranos, criação de bancos de sementes crioulas e programas de segurança alimentar.

A remoção segura de rejeitos acumulados em áreas produtivas e habitacionais deve ser priorizada, com gestão participativa de áreas contaminadas. Para os problemas sanitários, é fundamental a universalização do saneamento básico, com construção de redes de esgoto e implementação de sistemas de coleta seletiva. A vigilância epidemiológica comunitária deve ser fortalecida, integrando saberes tradicionais e científicos. Por fim, é essencial a garantia de participação ativa das comunidades na elaboração e fiscalização dessas ações, assegurando que as soluções respeitem seus modos de vida e conhecimentos tradicionais.

Quadro 02 – Danos e demanda socioambientais e crise hídrica no Território 7

Dano Identificado	Demandas Comunitárias Relacionadas	População atingida prioritária
Contaminação do Rio Doce e afluentes por rejeitos	– Monitoramento contínuo da qualidade da água	Ribeirinhos, pescadores, comunidades tradicionais, agricultores
	– Captação alternativa de água potável	



	- Fornecimento de água mineral segura	
	- Desassoreamento e descontaminação do rio	
Alteração do regime de cheias ("enchentes de rejeitos")	- Planos de contingência e alerta	Populações ribeirinhas, ilheiros, agricultores
	- Melhoria da infraestrutura de drenagem	
	- Proteção civil	
	- Fundo para emergências ambientais	
Degradação de solos agrícolas e Áreas de Preservação Permanente (APPs)	- Recuperação de nascentes e matas ciliares	Agricultores familiares, ilheiros
	- Recuperação de solos com tecnologias sociais (barraginhas)	
	- Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	
	- Reflorestamento de APPs e agroecologia	
Perda de biodiversidade e dano à fauna aquática	- Recuperação do ecossistema aquático	Pescadores artesanais, comunidades tradicionais
	- Repovoamento de espécies nativas e manejo de espécies invasoras	
	- Monitoramento da fauna	
Insegurança hídrica e alimentar	- Tecnologias sociais de captação (cisternas)	População atingida, agricultores, comunidades tradicionais
	- Construção/ampliação de ETAs e reservatórios	
	- Água para produção agrícola e dessedentação animal	
	- Programas de segurança alimentar	



Interrupção de atividades tradicionais (pesca, agricultura, extrativismo)	- Retomada da pesca e aquicultura sustentável	Pescadores, areeiros e carroceiros tradicionais
	- Apoio à agricultura familiar e agroecologia, quintais produtivos	
	- Acesso e fortalecimento de mercados locais	
Acúmulo de rejeitos em áreas produtivas e habitacionais	- Remoção ou manejo seguro de rejeitos	Comunidades ribeirinhas, ilheiros, agricultores
	- Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC)	
	- Sinalização de áreas de risco	
Danos à saúde vinculados à contaminação ambiental	- Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH)	População atingida
	- Atendimento integral à saúde	População atingida
	- Informação transparente sobre riscos	População atingida
Doenças de veiculação hídrica (leptospirose, esquistossomose, entre outras)	- Vigilância epidemiológica	Populações ribeirinhas, comunidades sem saneamento
	- Saneamento	
	- Farmácia viva comunitária	
	- Vigilância popular ambiental	
Aumento/surgimento de arboviroses e zoonoses	- Controle de vetores	Populações em áreas de risco
	- Vigilância epidemiológica	
	- Ações preventivas	
	- Vigilância popular em saúde	



Falta de acesso a água potável	- Sistemas alternativos de abastecimento	População atingida, Comunidades ribeirinhas, PCTs, população rural
	- Distribuição de água mineral segura	
	- Poços artesianos, cisternas e adutoras	
	- Vigilância popular da qualidade da água	
Alterações na qualidade da água (cor, cheiro, sabor)	- Monitoramento contínuo e alertas à população	População atingida
	- Sistemas de filtragem para metais pesados	
	- Alertas à população	
	- Vigilância popular e monitoramento comunitário	
Falta de infraestrutura de abastecimento	- Poços profundos e ETAs adequadas	Comunidades rurais, PCTs
	- Cisternas de captação de água da chuva para consumo e produção	
	- Sistemas alternativos e adutoras	
Destinação inadequada de resíduos sólidos	- Coleta seletiva	Populações urbanas e rurais
	- Aterros sanitários adequados	
	- Educação ambiental	
	- Vigilância popular ambiental	
Inexistência/ inadequação de esgotamento sanitário	- Redes de esgoto	Populações de baixa renda
	- ETEs	



	- Soluções individuais e tecnologias sociais	
	- Monitoramento comunitário da qualidade do saneamento	

Tabela 3: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.3. Danos e demandas relacionadas à saúde física, mental e Assistência Social

A sobreposição de crises ambientais e sociais manifesta-se de forma aguda e crônica na esfera da saúde pública no Território 7. O rompimento da barragem de Fundão desencadeou uma crise sanitária profunda, onde os danos à saúde física, mental e a Assistência Social se entrelaçam de forma indissociável. A contaminação ambiental gerou um espectro de incertezas sobre a qualidade da água e dos alimentos, levando ao surgimento de doenças dermatológicas, gastrointestinais e ao agravamento de condições crônicas, especialmente entre crianças, idosos e populações ribeirinhas, sem que houvesse um acompanhamento de saúde adequado para essa nova realidade.

Paralelamente, instalou-se uma epidemia silenciosa de adoecimento mental, com casos de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, agravados pelo aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas e pelo crescimento da violência intrafamiliar, sobrecarregando a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) já precarizada. Essa crise é intensificada com a sobrecarga dos serviços de atenção do SUS, a falta de medicamentos e barreiras de acesso que deixam populações rurais e tradicionais desassistidas.

A reparação exige, portanto, muito mais do que assistência médica pontual, demanda a implementação urgente de Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH), a ampliação da cobertura da RAPS e da Atenção Primária à Saúde (APS) e o fortalecimento em rede articulada dos serviços de saúde e assistência social, reconhecendo que a saúde das populações atingidas é um reflexo direto da saúde do território.

Demandas: Diante da crise sanitária multidimensional desencadeada pelo rompimento da barragem de Fundão, as comunidades do Território 7 demandam a imediata realização de Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH) que investiguem os danos causados pela contaminação por rejeitos de minério na saúde da população, com atenção aos efeitos cumulativos. É urgente a implementação de um



sistema integrado de vigilância epidemiológica participativa, capaz de monitorar o surgimento de doenças relacionadas à contaminação ambiental, assegurando o fornecimento contínuo de medicamentos e tratamentos especializados.

Paralelamente, demanda-se a expansão urgente da Atenção Primária à Saúde e da Rede de Atenção Psicossocial, com a criação de novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Acolhimento, ampliação de equipes multiprofissionais e implementação de programas de base comunitária para enfrentamento da ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Para superar as barreiras de acesso, torna-se fundamental a implementação de serviços de saúde descentralizados, como Pontos de Apoio da APS na zona Rural e em Comunidades Tradicionais, além de serviços itinerantes com unidades móveis equipadas para atendimento clínico e exames básicos.

É necessário implementar políticas efetivas de vigilância em saúde, assegurando monitoramento da qualidade da água, alimentos, solos e controle de vetores, com participação social através da Vigilância Popular em Saúde, dialogando com o que as comunidades acionam constantemente à assessoria técnica, como identificado na Vila Neitzel (zona rural de Itueta) sobre os danos provocados pela superpopulação de capivaras e ocorrência de carrapato estrela que se contaminado com a bactéria *Rickettsia rickettsii* pode transmitir a febre maculosa.

A valorização dos saberes tradicionais em saúde deve ser promovida através do diálogo entre a medicina convencional e os saberes tradicionais das comunidades pomeranas e locais. É preciso garantir acesso contínuo e seguro à água potável e investir em infraestrutura de saneamento, como pode-se observar na demanda das pessoas atingidas de Resplendor sobre abastecimento alternativo ao Rio Doce, como por exemplo, o Córrego da Onça, devido a alterações na qualidade da água (cor, cheiro e sabor), bem como no assentamento Gilberto de Assis que especialmente no período de estiagem, possuem fornecimento de água por caminhões-pipa da prefeitura, o que aprofunda a necessidade do atendimento da demandam por monitoramento permanente da qualidade da água. A integração entre SUS e SUAS deve ser fortalecida com a ampliação de CRAS e CREAS, acompanhamento familiar e benefícios emergenciais. A estruturação de redes de acolhimento para vítimas de violência e a criação de espaços de lazer e cultura são vitais para a promoção da saúde.



Por fim, é fundamental a alocação de recursos permanentes para manutenção dessas ações, com transparência e controle social, a fim de dialogar diretamente com os(as) atingidos(as) do Território 7, como demandado por Itueta à Aedas para participação em espaços do controle social, através dos conselhos de saúde municipais, definidos no Anexo 8 - Saúde, como espaço para fiscalizar as ações de reparação à Saúde Coletiva dos Planos de Ação em Saúde.

Quadro 03 – Danos e demanda de saúde física, mental e Assistência Social no Território 7

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Danos à saúde vinculados à contaminação ambiental	– Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH)	População atingida
	– Acesso aos serviços saúde	População atingida
	– Análise epidemiológica no contexto pós rompimento	População atingida
	– Informação transparente e responsável sobre riscos (comunicação de risco)	População atingida
Surgimento de doenças dermatológicas e gastrointestinais	– Fornecimento de medicamentos	População atingida
	– Atenção em saúde especializada e multiprofissional	
	– Vigilância popular da qualidade da água e alimentos	
	– Oferta de plantas medicinais e fitoterápicos (Farmácia viva, hortas comunitárias, etc)	
Surgimento/ agravamento de doenças crônicas	– Fornecimento de medicamentos	População atingida
	– Acompanhamento multiprofissional	
	– Troca de saberes tradicionais	



Doenças de veiculação hídrica/ alimentar (leptospirose, hepatite A, esquistossomose)	- Fortalecimento das medidas de controle da Vigilância epidemiológica e ambiental	População atingida com prioridade para Populações ribeirinhas, comunidades sem saneamento
	- Saneamento básico	
	- Qualificação dos Agentes de Endemias e Agentes Comunitários	
Aumento/ surgimento de arboviroses e zoonoses	- Controle de vetores (Vigilância ambiental e epidemiológica)	População atingida com prioridade das ações em áreas de risco
	- Qualificação dos Agentes de Endemias e Agentes Comunitários na execução de ações de prevenção, controle e educação em saúde.	
	- Ampliação das ações de educação em saúde	
	- Vigilância popular em saúde	
Danos à saúde mental (ansiedade, depressão, TEPT)	- Fortalecimento da RAPS (CAPS, APS, urgência e emergência)	População atingida
	- Acompanhamento multiprofissional (psicológico, Terapeuta ocupacional, profissional de educação física, arte terapeuta, etc)	
	- Espaços de lazer, esporte e utilização das PICS	
Aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas	- Fortalecimento da RAPS (CAPS AD, Unidades de Acolhimento, centros de convivência, etc)	População atingida com uso abusivo de substâncias psicoativas
	- Fortalecimento das ações de redução de danos	
	- Espaços de lazer, esporte e utilização das PICS	
Dificuldade de acesso aos serviços de saúde	- Atendimento multiprofissional	População atingida com ações prioritárias para os PCTs e zonas rurais
	- Ampliação da cobertura da Atenção Primária	
	- Contratação de especialistas	



	<ul style="list-style-type: none">- Serviços descentralizados (construção de ponto de apoio da APS, Academias da saúde) ou itinerantes (UOM, ambulatórios móveis para realização de exames)	
Sobrecarga do sistema público de saúde	<ul style="list-style-type: none">- Implantação de PICS (Práticas Integrativas)	Territórios atingidos
	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação da Rede de Atenção à Saúde (Pontos de Apoio da APS, academias da Saúde, ambulatórios, Serviços de Urgência e Emergência, transporte sanitário)	
	<ul style="list-style-type: none">- Contratação de profissionais para equipe multiprofissional e especializada	
Falta de acesso a medicamentos	<ul style="list-style-type: none">- Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	PCDs, pessoas portadoras de doenças crônicas, população de baixa renda e população geral
	<ul style="list-style-type: none">- Aumento da rede credenciada nas Farmácias populares	
	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação do fornecimento de medicamentos nas farmácias básicas	
Insegurança alimentar e nutricional	<ul style="list-style-type: none">- Implementação com qualidade das ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição	Agricultores, PCTs, famílias de baixa renda, comunidade escolar e população geral
	<ul style="list-style-type: none">- Fortalecimento das ações de vigilância alimentar e nutricional (prevenção e Controle de Agravos Nutricionais)	
	<ul style="list-style-type: none">- Trabalho intersetorial para garantia de acesso a alimentação saudável (SUS, Educação, SUAS, etc)	
Falta qualificação profissional para lidar com danos do desastre	<ul style="list-style-type: none">- Fortalecimento das ações da Vigilância em desastre	Profissionais da saúde que atuam nos territórios atingidos
	<ul style="list-style-type: none">- Ações de Educação Permanente em saúde para o contexto do rompimento	
	<ul style="list-style-type: none">- Implantação e implementação de Protocolos de atendimento para o contexto do rompimento	
Danos à saúde da criança e do adolescente	<ul style="list-style-type: none">- Fortalecimento das ações do PSE (Programa Saúde nas Escolas) no contexto pós-rompimento	Crianças; adolescentes e PCDs
	<ul style="list-style-type: none">- Qualificação das ações da APS para o crescimento e desenvolvimento com acompanhamento multiprofissional incluindo PCDs, anomalias congênitas	



	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de linha de cuidado para crianças e adolescentes PCDs (Autismo, síndrome de Down, TDAH, etc)- Criação de Espaços de lazer, esporte, cultura junto ao SUS (Academias da Saúde com atividades voltadas à esse público, brinquedotecas públicas, cursos de teatro, música, etc)	Crianças; adolescentes e PCDs
Agravamento por falta de espaços de lazer	- Acompanhamento escolar	População atingida
	- Recuperação de áreas de lazer	
	- Programas esportivos e culturais	
Sobrecarga das mulheres com trabalhos domésticos	- Espaços comunitários	Mulheres, mães solo
	- Projetos sociais de interesses das mulheres dos territórios	
	- Creches em tempo integral	
	- Ações afirmativas para mães solo	
Aumento da violência autoprovocada	- Qualificação dos profissionais da rede para acolhimento humanizado	Jovens, adolescentes, população em geral
	- Ações de prevenção à violência nas escolas	
	- Espaços comunitários para fortalecimento de vínculos	
	- Projetos de esporte, cultura e arte como promoção da saúde mental	
Aumento da violência intrafamiliar e de gênero	- Qualificação dos profissionais da rede para acolhimento humanizado	Mulheres, crianças, adolescentes e população geral
	- Qualificação da notificação de violências nos serviços	
	- Ampliação da Rede de proteção à vítima	



	<ul style="list-style-type: none">- Ações de fortalecimento da rede de apoio comunitária	
Comprometimento das práticas tradicionais	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação do acompanhamento psicossocial	PCTs, povos indígenas, quilombolas e toda a população atingida.
	<ul style="list-style-type: none">- Espaços de trocas de saberes tradicionais de cuidado	
	<ul style="list-style-type: none">- Valorização da medicina tradicional	
	<ul style="list-style-type: none">- Integração dos saberes tradicionais com serviços de saúde	
Desassistência a grupos em situação de vulnerabilidade	<ul style="list-style-type: none">- Respeito aos saberes ancestrais	Idosos, PcDs, crianças, adolescentes, mulheres, famílias de baixa renda
	<ul style="list-style-type: none">- Projetos de fortalecimento dos vínculos comunitários e de retomada econômica	
	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação dos serviços Proteção social especial	
Precarização dos serviços socioassistenciais	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação do acesso aos benefícios sociais	Famílias em vulnerabilidade, idosos, crianças, mulheres
	<ul style="list-style-type: none">- Fortalecimento das Ações do SUAS	
	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação de CRAS e CREAS	
Falta de acesso a água potável	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação do acesso aos benefícios sociais	População atingida urbanas, rurais e PCTs
	<ul style="list-style-type: none">- Profissionais qualificados	
	<ul style="list-style-type: none">- Sistemas alternativos de abastecimento	
	<ul style="list-style-type: none">- Distribuição de água mineral segura	
Alterações na qualidade da água (cor, cheiro, sabor)	<ul style="list-style-type: none">- Poços artesianos, cisternas e adutoras	População atingida urbanas, rurais e PCTs
	<ul style="list-style-type: none">- Vigilância popular da qualidade da água	



	- Fortalecimento das ações de monitoramento da Vigilância Ambiental	
Destinação inadequada de resíduos sólidos	- Implementação de Sistemas de filtragem	População atingida urbanas, rurais e PCTs
	- Soluções individuais (biodigestores domiciliares e outras tecnologias alternativas)	
	- Coleta seletiva	
	- Aterros sanitários adequados	
Inexistência/ inadequação de esgotamento sanitário	- Ações de Educação em Saúde Ambiental	População atingida urbanas, rurais e PCTs
	- Vigilância popular ambiental (Monitoramento comunitário da qualidade do saneamento)	
	- Construção e melhorias da Redes de esgoto (da coleta à destinação final)	
	- Construção de ETEs	
	- Soluções individuais (fossa séptica e outras tecnologias alternativas)	

Tabela 4: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.4. Danos e demandas de economia, trabalho e renda

A economia do Médio Rio Doce, outrora dinamizada pelo rio e suas atividades tradicionais, entrou em colapso após o rompimento, alterando desde atividades diretamente ligadas ao rio até setores aparentemente desconectados. A pesca foi totalmente paralisada pela proibição, extinguindo a principal fonte de renda de muitas famílias e toda a cadeia produtiva a ela relacionada.

Na agropecuária, a combinação de solo contaminado, escassez de água e perda de áreas produtivas - agravada por enchentes de rejeitos recorrentes - inviabilizou a continuidade das atividades de agricultores e pecuaristas.



O turismo e o comércio local entraram em declínio acentuado devido à drástica redução do fluxo de pessoas e à desconfiança generalizada dos consumidores em relação a qualquer produto originário da região, mesmo os produzidos longe do rio.

Esse impacto em cadeia revelou a profunda interdependência dos setores econômicos locais, onde a queda de um influenciou todos os outros. Mulheres e jovens, que trabalhavam de forma menos visível nessas cadeias produtivas, foram especialmente negligenciados nos processos de reparação. A recuperação econômica exige, portanto, ações integradas que garantam não apenas o acesso a água e tecnologias, mas também a reinserção profissional desses grupos marginalizados, o reconhecimento dos modos tradicionais de produção e a reconstrução de cadeias produtivas sustentáveis.

Demandas: Diante do colapso econômico generalizado, as comunidades atingidas demandam a criação de um programa emergencial de renda básica para famílias que tiveram suas atividades interrompidas, garantindo sustento durante a transição para novas fontes de renda.

É urgente a reestruturação integral da cadeia pesqueira, com investimento em aquicultura sustentável em áreas não contaminadas, modernização de unidades de processamento de pescado e criação de mecanismos de comercialização direta que contornem o estigma associado aos produtos da região.

Para a agropecuária, demanda-se a recuperação de solos contaminados através de técnicas de biorremediação, implementação de sistemas de irrigação alternativos e acesso a crédito especializado para reconversão produtiva. A recuperação do turismo regional depende da criação de rotas turísticas culturais e ecológicas em áreas não atingidas, certificação de qualidade para produtos locais e campanhas de ressignificação da imagem do território.

É fundamental a criação de programas de capacitação e reinserção laboral com enfoque específico em mulheres e jovens, incluindo formação em economia solidária, gestão de negócios e tecnologias sustentáveis. A revitalização do comércio local requer a implantação de feiras regionais certificadas, linhas de microcrédito preferencial e e-commerce comunitário para ampliação do mercado.

Para garantir a sustentabilidade, demandam-se políticas de compras públicas prioritárias para produtos da região, criação de um selo de identificação de origem



segura e investimento em pesquisa científica para desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao novo contexto ambiental. Essas ações devem ser articuladas através de espaços participativos com representação de todos os setores atingidos, assegurando que a reparação econômica seja construída a partir do conhecimento local e das reais necessidades das comunidades.

Quadro 04 - Danos e Demandas em Economia, Trabalho e Renda do Território 7

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Diminuição da renda familiar	- Programas emergenciais de complementação de renda	Mulheres, jovens, pescadores, agricultores
	- Inserção em programas de economia solidária	
	- Programas de geração de emprego e renda	
	- Capacitação profissional	
	- Inclusão de jovens no mercado de trabalho	
Colapso das cadeias produtivas locais	- Reestruturação das cadeias da pesca e agricultura	Pescadores, agricultores, comerciantes locais
	- Apoio à comercialização direta	
Aumento do desemprego e precarização do trabalho	- Bolsas-capacitação	Jovens, trabalhadores informais
	- Programas de empreendedorismo	
	- Políticas de proteção social	
	- Programas de qualificação profissional	
	- Inserção de jovens como aprendizes	
	- Monitoramento contínuo da qualidade do pescado	



Insegurança na pesca no Rio Doce e afluentes	– Subsídio para equipamentos de pesca alternativa	Pescadores artesanais, pescadores tradicionais, agricultores tradicionais, quilombolas
	– Projetos de retomada da pesca e aquicultura	
	– Apoio à comercialização direta	
Invisibilização das mulheres na cadeia pesqueira	– Editais específicos para mulheres da pesca	Mulheres pescadoras
	– Reconhecimento econômico das atividades femininas	
Falta de reconhecimento de produtores de áreas informais	– Flexibilização de critérios de comprovação de posse	Agricultores de margens
	– Reconhecimento de uso tradicional do território	
Acesso a água para atividades produtivas	– Tecnologias sociais de captação (cisternas, barraginhas)	Quilombolas, agricultores
	– Construção/ampliação de ETAs e reservatórios	
	– Água para produção agrícola e dessedentação animal	
	– Programas de segurança alimentar	
Dificuldade de produção agropecuária	– Assistência técnica rural	Agricultores familiares, quilombolas, ilheiros
	– Fornecimento de insumos não contaminados	
	– Apoio técnico e financeiro à agricultura familiar	
	– Regularização fundiária e ambiental	
	– Acesso a mercados institucionais (PAA, PNAE)	
	– Critérios transparentes e participativos	



Exclusão na distribuição judicializada de silagem	<ul style="list-style-type: none">- Revisão dos processos de distribuição	Produtores rurais excluídos da distribuição judicializada
Ausência de programas para retomada pesqueira/agropecuária	<ul style="list-style-type: none">- Editais específicos para PCTs	Pescadores tradicionais, quilombolas, agricultores tradicionais
	<ul style="list-style-type: none">- Projetos de aquicultura sustentável	
Substituição do pescado e aumento de despesas	<ul style="list-style-type: none">- Auxílio-alimentação emergencial	Famílias de baixa renda
	<ul style="list-style-type: none">- Programas de segurança alimentar	
Ausência de programas para juventude	<ul style="list-style-type: none">- Cursos profissionalizantes	Jovens 16-29 anos
	<ul style="list-style-type: none">- Programas de primeiro emprego	
Carência de programas para comércio e turismo	<ul style="list-style-type: none">- Recuperação de pontos turísticos	Comerciantes, guias turísticos, artesãos
	<ul style="list-style-type: none">- Feiras locais permanentes	
	<ul style="list-style-type: none">- Fomento a feiras populares	
	<ul style="list-style-type: none">- Apoio a Microempreendedores Individuais (MEI)	
	<ul style="list-style-type: none">- Incubadora de economia solidária	
Aumento de despesas por perda de subsistência	<ul style="list-style-type: none">- Programa de apoio às economias de subsistência	Famílias de agricultores e pescadores
	<ul style="list-style-type: none">- Fomento à troca e ao autoconsumo	
	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação do acesso ao PTR-Rural	
	<ul style="list-style-type: none">- Flexibilização de critérios para PCTs	



	- Inclusão no CadÚnico	
Falta de qualificação para recolocação profissional	- Cursos de reconversão laboral	Pescadores e agricultores impedidos de exercer suas atividades profissionais
	- Bolsas-formação	
Falta de incentivo ao associativismo	- Programas de cooperativismo e associativismo	Agricultores, pescadores, comerciantes, produtores e artesãos
	- Apoio à formalização de empreendimentos coletivos	
Acesso à Carteiras de Pesca como identificação para acesso a projetos e programas	- Apoio na emissão e regularização das carteiras de pesca profissional (RGP)	Pescadores Profissionais Artesanais

Tabela 5: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRDO1)

2.4.5. Danos e demandas culturais, identitárias, patrimoniais e educacionais

Houve a alteração severa dos modos de vida tradicionais de comunidades ribeirinhas, pescadores, agricultores familiares e ilheiros, comprometendo a transmissão geracional de saberes. O acesso ao rio Doce para lazer e cultura foi interrompido, houve redução dos laços comunitários e prejuízos à educação contextualizada, interferindo em projetos de vida, especialmente da juventude. Esses danos corroeram as bases simbólicas e sociais das comunidades do território.

O Rio Doce, mais que uma fonte de recursos, era um espaço vital de lazer, práticas culturais e constituição de identidades. Sua contaminação interrompeu bruscamente rituais, festividades e o convívio comunitário, levando ao enfraquecimento dos laços sociais e à desestruturação de modos de vida tradicionais. Essa ruptura compromete a transmissão de saberes entre gerações, isolando mestres da cultura e idosos, enquanto os jovens veem seus projetos de vida serem interrompidos pela falta de perspectivas.

Na educação, o prejuízo é duplo: há um comprometimento do ensino contextualizado, que não dialoga mais com a realidade local degradada, somado à carência de infraestrutura, transporte escolar e recursos, que impede o acesso de



estudantes de áreas rurais e isoladas. Esses impactos, que atingem o cerne da identidade coletiva, demandam ações de reparação que vão desde a recuperação de espaços de convivência e o apoio a manifestações culturais até a criação de políticas educacionais específicas que assegurem a permanência dos jovens na escola e a valorização de sua cultura.,

Demandas: Diante da ruptura dos modos de vida tradicionais e do tecido sociocultural das comunidades, são urgentes ações que restaurem não apenas as condições materiais, mas também os vínculos simbólicos e identitários profundamente atingidos pela contaminação do Rio Doce. As comunidades tradicionais demandam a criação de programas permanentes de revitalização cultural, com apoio à transmissão intergeracional de saberes, documentação da memória oral e realização de festividades e rituais em espaços adaptados e seguros.

É essencial a recuperação e requalificação de áreas de convívio às margens do rio, como praias fluviais, parques e centros comunitários, que permitam o reencontro simbólico das comunidades com o território. Para enfrentar o comprometimento da educação contextualizada, é fundamental a elaboração de currículos escolares interculturais, em diálogo com os saberes tradicionais, e a produção de materiais didáticos que abordem a história, a cultura e a realidade pós-rompimento.

A oferta de transporte escolar adequado e a construção de escolas em comunidades rurais e isoladas são medidas indispensáveis para garantir o acesso e a permanência, especialmente de jovens. É preciso ainda fomentar projetos de vida para a juventude por meio de bolsas de estudo, programas de formação técnica e profissional vinculados à economia local e ao fortalecimento da identidade cultural, e criação de espaços de escuta e participação juvenil.

A valorização dos mestres e detentores de saberes tradicionais deve ser concretizada com políticas de reconhecimento e remuneração por seu papel fundamental na preservação da cultura. Por fim, a reparação exige a garantia de participação efetiva das comunidades na concepção e gestão dessas ações, assegurando que as iniciativas respeitem suas temporalidades, significados e modos próprios de existir. A reconstrução dos modos de vida passa, necessariamente, pelo autorreconhecimento e pelo fortalecimento da autonomia cultural dos povos atingidos.



Quadro 05 - Danos e demandas Culturais, Identitários, Patrimoniais e Educacionais do Território 7

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Alterações nos modos de vida tradicionais	- Programas de manutenção e revitalização de práticas culturais	Comunidades tradicionais, comunidades quilombolas, congadeiros, comunidades de terreiro, pescadores, agricultores familiares
	- Apoio à transmissão geracional de saberes	
Comprometimento do acesso e uso do Rio Doce para lazer e cultura	- Recuperação de praias fluviais e áreas de lazer	Populações ribeirinhas, comunidades tradicionais, jovens, crianças
	- Recuperação da qualidade da água para atividades recreativas	
Interrupção de práticas esportivas, recreativas e culturais	- Revitalização de espaços esportivos e culturais	Jovens, crianças, comunidades de terreiros, povos tradicionais
	- Apoio à realização de festividades e eventos comunitários	
Diminuição dos laços comunitários e afetivos	- Projetos de reconstrução do tecido social	Todas as comunidades atingidas, especialmente idosos e jovens
	- Atividades de integração comunitária	
Redução de atividades físicas e culturais ao ar livre	- Criação de novos espaços abertos para atividades	Crianças, idosos, comunidades em geral
	- Recuperação de áreas públicas de convivência	
Desconexão física e cultural entre comunidades	- Programas de integração territorial	Populações rurais isoladas, comunidades quilombolas, congadeiros, comunidades de terreiro
	- Melhoria de vias de acesso e transporte	
Perda da qualidade de vida e bem-estar	- Programas de atenção integral à saúde	Todas as populações atingidas
	- Projetos de melhoria do bem-estar comunitário	
Prejuízos ao turismo e economia local	- Retomada do circuito turístico do Rio Doce	



	- Apoio à reabertura de pequenos negócios	Comerciantes, guias turísticos, artesãos, pequenos empresários
Danos à memória coletiva e transmissão de saberes	- Projetos de registro e documentação da memória	Mestres de cultura, lideranças comunitárias, detentores de saberes, comunidades quilombolas, congadeiros, comunidades de terreiro
	- Museus e centros de memória comunitária	
Comprometimento da educação contextualizada	- Educação intercultural e diferenciada	Crianças e jovens de PCTs, comunidades rurais, congadeiros e comunidade de terreiro
	- Materiais didáticos específicos para cada realidade	
Interrupção de projetos de vida juvenis	- Programas de orientação profissional para jovens	Jovens das comunidades atingidas
	- Oportunidades de formação técnica e superior	
Dificuldade de acesso à educação básica e superior	- Transporte escolar adequado e seguro	Estudantes de áreas rurais, comunidades isoladas, jovens de baixa renda
	- Bolsas de estudo e moradia estudantil	
Ausência de equipamentos educacionais	- Construção e reforma de escolas	Comunidades com pouca infraestrutura educacional
	- Ampliação de bibliotecas e laboratórios	
Falta de recursos financeiros para educação	- Auxílio-material escolar e bolsas-permanência	Famílias de baixa renda, estudantes vulneráveis
	- Programas de apoio à aquisição de materiais	
Altas taxas de Analfabetismo	- Fortalecimento de programas de alfabetização para jovens e adultos	Jovens e adultos de áreas rurais e periféricas

Tabela 6: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)



2.4.6. Danos diferenciados e demandas em gênero e raça

A análise dos impactos do rompimento da Barragem de Fundão evidencia que mulheres e população negra figuram entre os grupos mais vulnerabilizados pelo desastre e pelo processo reparatório subsequente nos municípios de Resplendor e Itueta. A invisibilidade histórica dessas populações, somada às desigualdades estruturais de gênero e raça, resultou em agravamento das condições de vida, exclusão de programas de reparação e ampliação das situações de violência e marginalização social.

O registro sistemático realizado pela Assessoria Técnica Independente demonstra que os danos não se limitaram às perdas materiais, mas alcançaram dimensões socioeconômicas, culturais, ambientais e subjetivas, afetando diretamente a autonomia, a saúde e os modos de vida dessas populações. A ausência de medidas reparatórias específicas e a inadequação dos instrumentos de cadastro e reconhecimento de atingidos perpetuaram desigualdades, configurando violações de direitos fundamentais, como o direito à autodeterminação, à reparação integral e à participação informada.

A interseção entre gênero e raça revela desigualdades estruturais, principalmente em relação às mulheres negras, que enfrentam não apenas o sexismo, mas também o racismo, em suas vidas diárias e em diversas esferas sociais. A importância da incorporação de uma perspectiva racial se torna ainda mais urgente quando se considera o fato de que as populações mais próximas ao rompimento da barragem de Fundão eram em sua maioria negras.

A ausência de dados raciais e a falta de incorporação de uma perspectiva de gênero na metodologia do Cadastro da Fundação Renova invisibiliza mulheres e pessoas negras, suas demandas e possíveis violações de direitos que elas estejam sofrendo no processo de reparação. O não levantamento de dados quanto a raça/cor das pessoas atingidas pode ser visto como forma de endossamento e perpetuação do chamado racismo ambiental, uma vez que a omissão da raça/cor invisibiliza processos raciais mais amplos de exclusão social e desigualdade no acesso a direitos e políticas reparatórias.

Demandas: Diante desse cenário de violações múltiplas, tornam-se urgentes medidas reparatórias que incidam especificamente sobre as interseções de gênero e raça. É imperativo revisar os cadastros de atingidos com critérios interseccionais,



garantindo a autoidentificação racial, o reconhecimento de mulheres como chefes de família e a criação de comitês de validação comunitária para corrigir sub-registros. Para enfrentar a sobrecarga de cuidado, demanda-se políticas de corresponsabilidade, como a implantação de creches, lavanderias comunitárias e o reconhecimento econômico do trabalho de cuidado.

É fundamental garantir a autonomia econômica das mulheres por meio de editais específicos para projetos produtivos, com ações afirmativas para mulheres negras, acesso prioritário a crédito, assistência técnica e capacitação profissional desburocratizada. Para combater a violência, é necessário fortalecer as redes de proteção, com a ampliação de serviços especializados como Delegacias da Mulher e CREAS, a realização de campanhas preventivas e a oferta de acolhimento psicológico e jurídico com perspectiva racial.

Por fim, a reparação integral exige a valorização dos saberes das mulheres e o cuidado de sua saúde integral, com a criação de programas de saúde da mulher que incluam a saúde mental e reprodutiva no contexto pós-desastre, e o fomento aos saberes tradicionais. Acima de tudo, é crucial garantir a participação equitativa e efetiva de mulheres, especialmente negras, em todos os espaços de decisão sobre o processo reparatório, assegurando que as ações de reparação sejam construídas a partir de suas vozes e realidades específicas, rompendo com ciclos históricos de exclusão.

Quadro 06 – Danos diferenciados e demandas em gênero e raça do Território 7

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Redução da capacidade de subsistência familiar	– Programas de segurança alimentar e geração de renda	Mulheres, especialmente negras e chefes de família
	– Reconhecimento das atividades produtivas das mulheres	
Exclusão das mulheres dos programas indenizatórios	– Revisão dos critérios de elegibilidade	Mulheres artesãs, agricultoras, pescadoras (Trabalhadoras Informais)
	– Inclusão de atividades produtivas femininas nos editais	
	– Linhas de crédito específicas	



Perda de autonomia financeira e endividamento	<ul style="list-style-type: none">– Programas de educação financeira	Mulheres trabalhadoras informais
Invisibilidade do trabalho feminino	<ul style="list-style-type: none">– Reconhecimento dos trabalhos domésticos e de cuidados como atividade remunerada	Mulheres, especialmente negras e chefes de família
	<ul style="list-style-type: none">– Políticas de valorização do trabalho feminino	
Modelo excludente do cadastro (PG01)	<ul style="list-style-type: none">– Revisão dos cadastros com perspectiva de gênero	Mulheres chefes de família
	<ul style="list-style-type: none">– Reconhecimento de mulheres como chefes de família	
Exclusão acentuada de mulheres negras	<ul style="list-style-type: none">– Equidade no processo reparatório	Mulheres negras
	<ul style="list-style-type: none">– Implementação de Ações Afirmativas nos programas reparatórios	
Sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados	<ul style="list-style-type: none">– Políticas de corresponsabilidade	Mulheres, especialmente mães-solo
	<ul style="list-style-type: none">– Ampliação de creches e equipamentos sociais	
Agravamento da saúde física e mental	<ul style="list-style-type: none">– Atendimento integral à saúde da mulher	Mulheres negras, periféricas e rurais
	<ul style="list-style-type: none">– Apoio psicológico especializado	
Falta de infraestrutura pública	<ul style="list-style-type: none">– Investimento em creches, lazer e saneamento	Mulheres de áreas rurais
	<ul style="list-style-type: none">– Melhoria dos serviços básicos	
Interseccionalidade de opressões	<ul style="list-style-type: none">– Abordagem interseccional nas políticas	Mulheres negras
	<ul style="list-style-type: none">– Enfrentamento conjunto do sexismo e racismo	
Ausência de dados desagregados por raça	<ul style="list-style-type: none">– Implementação de recortes raciais nos registros	População negra
	<ul style="list-style-type: none">– Pesquisas específicas sobre impactos diferenciados	



Violação de acordos internacionais	- Cumprimento da Convenção 169 da OIT	Mulheres de Povos e comunidades tradicionais
	- Respeito aos direitos de consulta prévia	
Participação sem efetividade	- Garantia de acesso para participação feminina nos espaços decisórios	Mulheres Lideranças Comunitárias
	- Formação de lideranças mulheres	
Falta de informação acessível	- Materiais informativos com linguagem acessível	Mulheres e população negra
	- Canais de comunicação acessíveis	
Violência de gênero e racismo ambiental	- Redes de proteção e acolhimento	Mulheres e população negra
	- Capacitação de profissionais	
Marginalização do trabalho feminino	- Políticas de equidade salarial	Mulheres trabalhadoras informais
	- Combate à precarização do trabalho feminino	
Uso abusivo de medicamentos controlados	- Atenção integral à saúde mental	Mulheres sob grande sobrecarga
	- Redução da medicalização	
Prejuízos por ausência de creches	- Ampliação da rede de educação infantil	Mães trabalhadoras
	- Horários flexíveis de atendimento	
Invisibilidade de mulheres negras nos dados	- Produção de estatísticas desagregadas	Mulheres negras
	- Visibilização específica	
Presença sem poder decisório	- Paridade de gênero nos espaços	Mulheres



	- Fortalecimento da participação feminina	
Uso abusivo de álcool e outras drogas	- Ampliação do acesso a tratamento e reinserção social	Mulheres negras e periféricas
	- Fortalecimento das ações de prevenção	
Suspensão de projetos de futuro	- Oportunidades de formação técnica e superior	Mulheres jovens
	- Novas vagas no mercado de trabalho	

Tabela 7: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.7. Danos e demandas de infraestrutura e acesso a direitos

O rompimento da barragem de Fundão aprofundou dramaticamente o colapso da infraestrutura pública no território, criando um cenário onde a falta de acesso a direitos básicos se tornou a regra para as populações mais vulneráveis. O território enfrenta uma crise multidimensional que vai desde a privação de água potável e esgotamento sanitário até a precariedade extrema do transporte e dos equipamentos públicos.

Comunidades rurais e tradicionais são as mais atingidas pela falta de sistemas alternativos de abastecimento de água, enquanto a ausência de redes de esgoto e de gestão adequada de resíduos sólidos expõe populações periféricas a riscos sanitários permanentes. A infraestrutura viária deteriorada e a falta de transporte público adequado isolam agricultores e comunidades ribeirinhas, dificultando o acesso a mercados, saúde e educação. Esta crise é coroada pela carência de equipamentos públicos essenciais como postos de saúde, CRAS e CREAS, e pela insegurança habitacional que atinge principalmente comunidades de baixa renda.

O resultado é um ambiente onde a falta de iluminação pública, acessibilidade e serviços básicos cria barreiras intransponíveis para idosos, pessoas com deficiência e mulheres, configurando um ciclo de exclusão que exige intervenções urgentes e estruturais para garantir condições mínimas de dignidade.

Demandas: As comunidades atingidas reivindicam a implementação urgente de sistemas alternativos de abastecimento de água (poços artesianos, cisternas, adutoras), monitoramento contínuo da qualidade hídrica, distribuição emergencial de água mineral



segura, implantação de redes de esgoto e estações de tratamento, complementadas por soluções individuais como fossas sépticas nas áreas rurais. Paralelamente, demandam a criação de sistemas integrados de coleta seletiva, unidades de tratamento de resíduos, programas permanentes de educação ambiental, sistemas comunitários de alerta precoce para enchentes, obras de contenção em áreas de risco e planos de contingência territorializados.

É fundamental a recuperação urgente de estradas rurais e vias de acesso, implantação de transporte público acessível com tarifas populares, recuperação de embarcações e infraestrutura aquática para populações ribeirinhas, ampliação da rede de equipamentos públicos (UBS, CRAS, CREAS, escolas), serviços itinerantes de saúde e assistência social, capacitação de profissionais locais, garantia de transporte escolar adequado, programas de regularização fundiária e melhoria habitacional para famílias de baixa renda, adaptação de espaços públicos para pessoas com deficiência e idosos, incluindo transporte acessível e iluminação pública adequada.

Quadro 07 - Danos e demandas relacionados à infraestrutura e acesso a direitos do Território 7

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Comprometimento do acesso à água potável	- Sistemas alternativos de abastecimento	Comunidades rurais, PCTs, populações vulneráveis, ribeirinhos, agricultores, pescadores, população atingida
	- Monitoramento contínuo da qualidade da água	
	- Poços artesianos e cisternas	
Ausência/ insuficiência de esgotamento sanitário	- Implantação de redes de esgoto e ETEs	Populações de baixa renda, comunidades periféricas, PCTs e população negra
	- Sistemas individuais de tratamento	
	- Fossas sépticas e sumidouros	
Falta de gestão de resíduos sólidos	- Coleta seletiva e UTRs	



	- Programas de reciclagem	Comunidades ribeirinhas, áreas periféricas
	- Educação ambiental	
Inexistência de medidas de prevenção a enchentes	- Sistemas de alerta precoce	Populações em áreas de risco, ribeirinhas, agricultores de margem
	- Obras de contenção	
	- Planos de contingência	
Deficiência no sistema de drenagem	- Obras de contenção de enchentes	Populações em áreas de risco, comunidades ribeirinhas, agricultores de margem
	- Melhoria do sistema de drenagem urbana	
	- Limpeza de córregos e canais	
Perda de terreno por contaminação e enchentes	- Recuperação de áreas	Agricultores, ribeirinhos, ilheiros
	- Indenizações por perda territorial	
	- Reassentamentos	
Perda de hortas produtivas por contaminação	- Recuperação de solos	Agricultores familiares, PCTs
	- Sistemas alternativos de produção	
	- Assistência técnica	
Precariedade da infraestrutura viária	- Recuperação de estradas rurais	Agricultores, comunidades isoladas, estudantes
	- Pavimentação de vias de acesso	
	- Melhoria do transporte público	



Acesso transporte público/coletivo de qualidade	- Reestruturação de linhas	Trabalhadores, estudantes, idosos
	- Veículos adequados	
	- Tarifas acessíveis	
Precarização das vias de acesso	- Recuperação de estradas	Agricultores, comunidades isoladas
	- Pavimentação e manutenção	
	- Acessibilidade anual	
Falta de mobilidade urbana e rural	- Transporte intermunicipal	Comerciantes, agricultores, estudantes
	- Vias para comércio	
	- Acesso a mercados	
Impedimento do transporte aquático	- Recuperação de embarcações	Ribeirinhos, pescadores, ilheiros
	- Acesso a portos e rampas	
	- Segurança náutica	
Dificuldade de acesso a sedes municipais	- Transporte fluvial e terrestre	Populações ribeirinhas, comunidades rurais e PCTs
	- Melhoria de acessos	
	- Serviços descentralizados	
Falta de equipamentos públicos	- Construção de CRAS, CREAS, UBS	Populações vulneráveis, idosos, crianças
	- Centros comunitários e espaços culturais	
	- Implantação de CRAS/CREAS	Populações vulneráveis, idosos



Dificuldade de acesso a serviços socioassistenciais	- Serviços itinerantes	
	- Capacitação de agentes	
Deficiência no acesso à energia elétrica	- Ampliação da rede elétrica	Comunidades tradicionais, áreas rurais
	- Sistemas alternativos de energia	
	- Regularização de ligações	
Falta de acesso à comunicação	- Ampliação de sinal de internet e telefonia	Jovens, estudantes, pequenos empresários
	- Centros comunitários de acesso digital	
Precarização dos serviços de saúde	- Ampliação de UBS e UPAs	Idosos, pessoas com deficiência, gestantes
	- Profissionais de saúde	
Precarização dos serviços de educação	- Construção e reforma de escolas	Crianças e jovens de áreas remotas
	- Transporte escolar adequado	
	- Material didático	
Insegurança habitacional	- Regularização fundiária	Comunidades de baixa renda
	- Melhorias habitacionais	
	- Programas de moradia social	
Falta de acessibilidade urbana	- Adaptação de espaços públicos	Pessoas com deficiência, idosos
	- Transporte acessível	



	- Sinalização adequada	
Deficiência na iluminação pública	- Instalação de iluminação em áreas críticas	Mulheres, população em geral
	- Manutenção do sistema existente	

Tabela 8: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.8. Danos e demandas relacionadas à mobilização e participação comunitária

O processo de reparação no território é marcado por graves violações ao direito à participação, que perpetuam a exclusão histórica dos grupos mais vulnerabilizados. A falta crônica de informações acessíveis, combinada com a exclusão inicial de cadastros como o PG01, criou barreiras intransponíveis para mulheres, povos tradicionais e populações de baixa renda. Essas comunidades enfrentam obstáculos concretos que vão desde a dificuldade de deslocamento - pela falta de transporte gratuito e horários incompatíveis - até a ausência de espaços de acolhimento para crianças durante as reuniões.

Lideranças comunitárias, especialmente mulheres, sofrem com ameaças e desgaste físico e emocional, enquanto a desconfiança nas instituições se aprofunda devido ao descumprimento sistemático de prazos e à falta de transparência. A fragilidade na governança revela um processo reparatório que, longe de ser democrático, reforça assimetrias de poder e ignora os protocolos próprios de consulta das comunidades tradicionais, comprometendo severamente a legitimidade e eficácia das ações de reparação.

Demandas: Diante das graves violações ao direito à participação, as comunidades atingidas demandam a criação de um sistema transparente e acessível de informação, com divulgação contínua e em linguagem clara de todos os passos do processo reparatório, utilizando múltiplos canais de comunicação, incluindo rádios comunitárias, materiais impressos e digitais de fácil compreensão. É urgente a revisão dos critérios de cadastramento com a reabertura de prazos para grupos injustamente excluídos, como mulheres, povos tradicionais e populações de baixa renda, assegurando ações afirmativas que corrijam as distorções iniciais.



Para superar as barreiras logísticas, demanda-se transporte gratuito para participação em reuniões, horários flexíveis que respeitem a jornada de trabalho e cuidados familiares, e a disponibilização de espaços de acolhimento para crianças e adolescentes durante os encontros. A proteção integral das lideranças comunitárias, especialmente mulheres, deve ser garantida por meio de medidas de segurança, acompanhamento psicossocial e mecanismos de denúncia seguros e ágeis. É fundamental o respeito aos protocolos de consulta prévia, livre e informada dos povos e comunidades tradicionais, com tempo e metodologias adequadas a cada grupo, assegurando que as decisões reflitam suas necessidades e visões de mundo.

A institucionalização de espaços de governança democrática, com poder deliberativo e representação, é crucial para reverter a atual assimetria de poder. Por fim, exige-se a criação de mecanismos independentes de monitoramento e fiscalização do processo reparatório, com participação de entidades da sociedade civil e órgãos de controle, para garantir o cumprimento de prazos, a transparência na aplicação de recursos e a efetivação das demandas comunitárias. A reparação só será legítima e eficaz quando as vozes historicamente silenciadas forem centrais na construção das soluções.

Quadro 08 - Danos e demandas relacionados à mobilização e à participação comunitária do Território 7

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Falta histórica de acesso à informação e participação informada	- Transparência ativa nos processos	População com baixa escolaridade, PCTs, idosos
	- Informações claras e contínuas	
	- Materiais em linguagem acessível	
Exclusão do Programa de Cadastramento (PG01)	- Revisão dos critérios de exclusão	Mulheres, PCTs, pescadores artesanais
	- Nova etapa de cadastramento	
	- Ações afirmativas para grupos excluídos	



Interrupção e enfraquecimento da governança popular	– Fortalecimento dos GAAs	Lideranças comunitárias, movimentos sociais
	– Formação política continuada	
	– Recursos para mobilização	
Não reconhecimento da autodeterminação dos PCTs	– Respeito à Convenção 169 da OIT	Todas as comunidades tradicionais
	– Consulta prévia, livre e informada	
	– Protocolos próprios de consulta	
Aumento da violência de gênero e ameaças a lideranças	– Proteção a lideranças ameaçadas	Mulheres lideranças, defensoras de direitos
	– Canais seguros de denúncia	
	– Acompanhamento psicossocial	
Dificuldade de deslocamento para participação	– Transporte gratuito para reuniões	Comunidades isoladas, idosos, PCDs
	– Locais de reunião acessíveis	
	– Reuniões em horários alternativos	
Falta de reconhecimento das lideranças comunitárias	– Valorização dos saberes locais	Lideranças comunitárias, representantes de PCTs
	– Formação de novas lideranças	
	– Espaços institucionais para representação	
Barreiras linguísticas e culturais	– Materiais em línguas tradicionais	Comunidades tradicionais
	– Mediadores culturais	



	- Respeito aos protocolos comunitários	
Sobrecarga de trabalho para participantes	- Corresponsabilidade doméstica	Mulheres, trabalhadores informais
	- Horários compatíveis	
	- Compensação por tempo de participação	
Falta de capacitação para participação efetiva	- Cursos de formação política	Jovens, mulheres, novas lideranças
	- Oficinas sobre direitos	
	- Acompanhamento técnico	
Desgaste das lideranças comunitárias	- Apoio psicológico	Lideranças mais antigas, mulheres lideranças
	- Rodízio de representantes	
	- Capacitação em direito	
Falta de cirandas ou espaços de acolhimento a crianças e adolescentes durante as reuniões	- Espaços de acolhimento para crianças	Mulheres com filhos pequenos
	- Brinquedistas durante reuniões	
	- Horários reduzidos	
Desconfiança nos processos institucionais	- Mediação independente	Comunidades com experiências negativas
	- Cumprimento de prazos	
	- Resultados tangíveis	
Dificuldade de acesso a tecnologias	- Pontos de internet comunitária	



	- Empréstimo de equipamentos	Idosos, populações de baixa renda
	- Capacitação digital	
Incerteza quanto ao futuro do processo reparatório	- Cronogramas claros e realistas	Todas as comunidades atingidas
	- Informação permanente sobre andamento	
	- Estabilidade das ações reparatórias	

Tabela 9: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.9. Danos e demandas e demandas relacionadas aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)

Além dos danos socioambientais, à saúde, à renda e à infraestrutura já identificados, os Povos e Comunidades Tradicionais de Resplendor e Itueta foram atingidos de forma diferenciada, sofrendo impactos diretos sobre sua ancestralidade, modos de vida e organização social. Os danos específicos a esses grupos configuram um quadro complexo de vulnerabilização e desestruturação social, destacando-se a perda ou modificação significativa dos modos de vida e ofícios tradicionais (e.g., pesca artesanal, agricultura de subsistência), a instauração de um severo cenário de insegurança alimentar, nutricional e hídrica e o comprometimento da renda e das fontes de subsistência por meio da paralisação de atividades econômicas tradicionais.

No domínio da saúde, observam-se manifestações de adoecimento físico e psicológico e o aumento da necessidade de medicação contínua, agravadas pela contaminação e escassez hídrica. Ademais, o evento resultou na perda de espaços de sociabilidade e lazer, no esvaziamento territorial por migrações forçadas e no enfraquecimento das relações comunitárias, culminando na interrupção de práticas religiosas e manifestações de fé vinculadas ao ambiente atingido (e.g., rituais no Rio Doce e afluentes, práticas culturais pomeranas).

A somatória desses danos não se restringe à esfera material, mas se configura como um grave processo de invisibilização, racismo ambiental, epistemicídio e, crucialmente, uma violação direta ao direito fundamental de autodeterminação e autoidentificação, conforme preconiza a Convenção N°169 da Organização



Internacional do Trabalho (OIT). O próprio processo reparatório tem sido fonte de novos danos, caracterizados pela restrição ao direito de autoidentificação de "tradicional-atingido", insuficiência de acesso à informação e participação efetiva, e a morosidade na resposta às demandas apresentadas.

Demandas: Em face desse panorama de violações sistêmicas, as demandas prioritárias dos Povos e Comunidades Tradicionais de Resplendor e Itueta visam a reconstrução e o fortalecimento de sua autonomia e identidade. Estas incluem o apoio técnico e jurídico para a elaboração e implementação de Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada, a realização de oficinas de fortalecimento da tradicionalidade e o desenvolvimento de cartografia social para o reconhecimento territorial. Requer-se, ainda, suporte para processos de certificação institucional, constituição associativa, e defesa de direitos em face de grandes empreendimentos, bem como a ampliação do acesso à informação qualificada sobre questões territoriais, infraestrutura, serviços públicos e programas sociais. Tais solicitações demonstram um imperativo pela reparação integral que transcende a dimensão material, focando na restauração da dignidade, identidade e autonomia dessas comunidades.

Quadro 09 - Danos e demandas dos Povos e Comunidades Tradicionais do Território 7

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Perda/modificação dos modos de vida tradicionais	- Apoio à pesca artesanal e agricultura de subsistência	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais
	- Projetos de revitalização de ofícios tradicionais	
Insegurança alimentar e nutricional	- Programas de segurança alimentar específicos	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais
	- Apoio à produção tradicional de alimentos	
Comprometimento das atividades econômicas tradicionais	- Projetos de geração de renda baseados em conhecimentos tradicionais	Todos os PCTs
	- Acesso a mercados para produtos tradicionais	
Adoecimento físico e psicológico	- Atendimento diferenciado à saúde	Pescadores artesanais,



	- Apoio psicossocial culturalmente adequado	ribeirinhos, agricultores tradicionais
Insegurança hídrica	- Captação alternativa de água	Todos os PCTs
	- Monitoramento participativo da qualidade da água	
Perda de espaços de convivência e lazer	- Recuperação de áreas de sociabilidade	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais
	- Apoio a manifestações culturais	
Esvaziamento comunitário por migração forçada	- Programas de fixação territorial	Jovens de comunidades tradicionais
	- Geração de oportunidades locais	
Enfraquecimento das relações comunitárias	- Projetos de fortalecimento do tecido social	Todos os PCTs
	- Apoio a atividades coletivas	
Interrupção de práticas religiosas e rituais	- Proteção de locais sagrados	Comunidades de terreiro, povos indígenas
	- Apoio à realização de rituais	
Restrição ao direito de autodeterminação	- Respeito aos protocolos de consulta	Todos os PCTs
	- Apoio à autoidentificação	
Falta de acesso à informação	- Informação acessível e multilíngue	Todos os PCTs
	- Formação sobre direitos	
Dificuldade de documentação e regularização	- Apoio para emissão de documentação	Ribeirinhos e Pescadores Tradicionais
	- Assessoria para certificação	



Necessidade de fortalecimento institucional	- Apoio à criação de associações	Lideranças comunitárias de Povos e Comunidades Tradicionais
	- Capacitação em gestão	
Cartografia social e reconhecimento territorial	- Mapeamento participativo dos territórios	Ribeirinhos e Pescadores Tradicionais
	- Identificação de áreas de uso tradicional	

Tabela 10: Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.10. Conclusão

Este diagnóstico evidencia, de forma contundente, que a reparação exige um enfoque interseccional e territorializado, capaz de responder à interdependência entre os danos socioambientais, econômicos, de saúde e culturais. A atuação no Território 07 revela um quadro de danos estruturais, multidimensionais e prolongados, agravados por vulnerabilidades preexistentes. Fica evidente que os danos do rompimento transcenderam o evento inicial, configurando um processo contínuo de violação de direitos.

Ressalta-se que este diagnóstico não é um mero levantamento temático, mas uma síntese analítica que evidencia a interdependência entre as dimensões socioambiental, econômica, de saúde e cultural. Ele reforça a necessidade premente de abordagens integradas e territorializadas no desenho das ações de reparação. As demandas comunitárias catalogadas orientam a atuação técnica da Aedas e subsidiam a cobrança por respostas efetivas, justas e emancipadoras por parte das instituições responsáveis.

Portanto, este diagnóstico justifica e demanda a implementação do presente plano de trabalho da Aedas, que se estrutura precisamente para operacionalizar tecnicamente as demandas aqui catalogadas, fortalecendo a capacidade de organização e negociação das comunidades atingidas e cobrando dos entes responsáveis as respostas necessárias para uma reparação integral que resgate o futuro interrompido, restaurando não apenas as perdas materiais, mas a dignidade, a autonomia e o projeto de vida das comunidades atingidas em Resplendor e Itueta.



2.5. Fundamentação Legal

O direito à assessoria técnica independente é garantido como parte da concretização do princípio da reparação integral e do direito de participação informada da população atingida, previsto na legislação estadual de Minas Gerais através da Lei 23.795/2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e assegurado, em âmbito federal, pela Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

O ordenamento jurídico brasileiro assegura o direito à informação e à participação em matéria ambiental, a exemplo das Leis Federais nº 10.650/2003 (Lei de Acesso à Informação Ambiental) e nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), bem como do art. 2º, inciso XI, da Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), que prevê o princípio da participação ativa na defesa do meio ambiente.

Objetivando a implementação desse direito, antes da homologação do novo acordo de reparação, a contratação das assessorias técnicas e a aprovação de seus planos de trabalho ocorriam a partir do Eixo Prioritário nº 10, que tramitou no TRF-6 por meio do processo judicial nº 1003050-97.2020.4.01.3800. Nesse contexto, o plano de trabalho da Aedas havia sido apresentado com a participação do Fundo Brasil e aprovado em juízo. Cabe destacar que a decisão que aprovou o plano de trabalho das ATIs autorizou, em medida cautelar, a coleta de dados primários relativos a danos ambientais individuais, colhidos em campo, os quais serão substancialmente alterados com a homologação do novo acordo de reparação.

O acordo de reparação também prioriza o direito à assessoria técnica ao destacar, nos parágrafos primeiro e segundo da Cláusula 18 do Anexo 6, que as ATIs já atuantes nos territórios atingidos serão mantidas até a conclusão do prazo contratual e deverão apresentar plano de trabalho, bem como iniciar suas atividades nos territórios sob a gestão da União Federal para a contratação.

O Anexo 6 define que o escopo de trabalho das ATIs será com execução exclusiva de:

- I. Prestar apoio organizacional às pessoas atingidas, auxiliando-as na sua participação nos atos relacionados à reparação previstas neste ACORDO;
- II. Prestar apoio às pessoas atingidas mediante a explicação do conteúdo técnico das informações pertinentes à reparação, auxiliando-as na



compreensão e participação informada, pelas próprias pessoas atingidas, nos procedimentos e atos relacionados à reparação de seus respectivos danos, conforme medidas previstas neste ACORDO;

III. Sugerir ao Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce deliberar sobre propostas de elaboração de diagnósticos e estudos sobre temas socioeconômicos e socioambientais considerados relevantes pelas comunidades atingidas;

IV. Auxiliar as pessoas atingidas e suas organizações na concepção, elaboração e monitoramento de projetos locais de interesse da comunidade atingida;

V. Assistir às pessoas atingidas na organização de documentos, conforme critérios de elegibilidade previstos neste ACORDO;

VI. Auxiliar as pessoas atingidas na apresentação de demandas às instituições responsáveis pelo sistema de reparação, compensação e indenização, estando resguardada a possibilidade de registro de dados de identificação pessoal nesta hipótese, observadas as disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

VII. Promover acesso às informações sobre processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de atividades e serviços na área de abrangência deste ANEXO e sobre os aspectos culturais, socioambientais e econômicos na perspectiva do desenvolvimento sustentável, urbano, periurbano ou rural, por meio de atividades de educação não formal.

Como medida importante para a efetivação desse direito o Anexo 6 também estabelece as condições necessárias para que as assessorias possam atuar nos territórios, destacando que as entidades/associações devem ter o tempo mínimo de experiência de 03 anos, não possuir fins lucrativos, possuir experiência técnica comprovada, apresentar o plano de trabalho, dentre outros.

Nesse sentido, a Aedas cumpre com todos os critérios elencados, uma vez que pauta seu trabalho em modelo de assessoria técnica que prioriza os espaços participativos, os quais serão descritos na apresentação da Metodologia. Além disso, desde sua criação, o objetivo principal da Aedas é de interceder nas comunidades atingidas por barragens no intuito de defender os direitos das famílias atingidas e



garantir um plano de negociação coletiva, no caso da aprovação dos empreendimentos e início de danos, visando a reparação justa, nos temas da habitação, fundiários, meio ambiente, saneamento, transporte e estradas, educação, saúde, produção agrícola, comercialização, agroindústria, entre outros.



03. Objetivo Geral





3. OBJETIVO GERAL

Assegurar Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas pela barragem de Fundão da Samarco Mineração, Vale S.A e BHP Billiton em Mariana-MG, como pressuposto para a equiparação técnica e garantia da participação ampla e informada das comunidades, sobretudo no que tange ao Anexo 06 - Participação Social, do Acordo Judicial de Reparação Integral e Definitiva relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, de 25 de outubro de 2024.



04. Objetivos Específicos





4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Apoiar tecnicamente o processo de organização e auto-organização da população atingida em sua relação com a comunidade, auxiliando-as na sua participação nos atos relacionados à reparação previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;
- II. Apoiar a auto-organização, a participação coletiva e o acesso às medidas de reparação integral previstas no Acordo, para povos e comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades;
- III. Promover informação, inclusive técnica, à população atingida mediante a explicação do conteúdo técnico das informações pertinentes à reparação, auxiliando-as na compreensão e participação informada, pelas próprias pessoas atingidas, nos procedimentos e atos relacionados à reparação de seus respectivos danos, conforme medidas previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;
- IV. Realizar assessoramento do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e apoio da população atingida nos encaminhamentos de propostas à instância para deliberação de propostas de interesse dos territórios acompanhados relacionado aos temas socioeconômicos e socioambientais;
- V. Auxiliar as pessoas atingidas e suas organizações na concepção, elaboração e monitoramento de projetos de interesse da comunidade atingida;
- VI. Assistir às pessoas atingidas na organização de documentos, conforme critérios de elegibilidade para acesso às ações, programas e projetos do Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;
- VII. Sistematizar, fundamentar e encaminhar demandas das pessoas atingidas a apresentação de demandas às instituições responsáveis pelo sistema de reparação, compensação e indenização, estando resguardada a possibilidade de registro de dados de identificação pessoal nesta hipótese, observadas as disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).



05. Metodologia





5. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos traçados propomos uma metodologia que visa, por meio de ferramentas participativas, a construção de conhecimento através do diálogo entre o saber técnico especializado e o conhecimento local das comunidades assessoradas. Ela é composta pelas seguintes partes: (A) Registro Familiar (RF); (B) Pesquisa-Ação, Educação Popular e Mobilização Social; (C) Espaços participativos externos; (D) Espaços e metodologias participativas com Povos e Comunidades Tradicionais; (E) Ciranda; e (F) Materiais Pedagógicos e de Comunicação.

5.1. Registro Familiar (RF)

A primeira etapa da metodologia de trabalho da ATI Aedas consiste na realização da coleta de informações que caracterizem as pessoas atingidas por meio da aplicação do Registro Familiar (RF). Esse instrumento constitui não apenas um questionário estruturado, mas sobretudo uma ferramenta de inclusão e de aproximação entre equipe de mobilização e comunidades assessoradas. Ao estabelecer o primeiro contato com os titulares do registro e seus núcleos familiares, o RF permite que o processo de acompanhamento se inicie de forma dialógica, possibilitando a escuta qualificada e a sistematização das realidades sociais vivenciadas nos territórios atingidos.

A coleta de informações realizada nessa etapa cumpre um papel fundamental na metodologia de trabalho da Aedas pois possibilita que as equipes apreendam a complexidade das condições de vida e os múltiplos efeitos do desastre-crime sobre diferentes dimensões da vida comunitária, indo além da simples produção de dados estatísticos. A partir das análises dos dados coletados, se inicia o exercício metodológico que conjuga o saber técnico especializado com o conhecimento popular local, subsidiando a construção compartilhada de diagnósticos e estratégias que fundamentam análises mais robustas sobre as demandas coletivas que orientam a formulação de propostas que ampliam a legitimidade do próprio processo de trabalho da assessoria técnica. O questionário do Registro Familiar é composto por 390 perguntas, distribuídas entre o núcleo familiar e seus membros, com o objetivo de evidenciar danos e demandas decorrentes do rompimento a partir de perguntas elaboradas sobre os seguintes temas:

- Acesso e qualidade da água;



- Enchentes e risco geológico;
- Patrimônio, cultura, esporte, lazer e educação;
- Povos e Comunidades Tradicionais;
- Atividades de subsistência e remuneradas;
- Despesas, dívidas e financiamento;
- Segurança Alimentar;
- Cuidado e condição de saúde;
- Projetos Comunitário;
- Comunicação e Acesso à Informação;
- Organização Comunitária;
- Programas Reparatórios.

A aplicação ocorre por visitas *in loco*, sempre com a anuência da família, que fornece suas informações e reflete sobre o desastre-crime, destacando danos vivenciados nos anos seguintes ao rompimento. Esse processo inicial é fundamental não apenas para registrar perdas e danos, mas também para construir diagnóstico participativo que oriente a atuação da ATI e fortaleça a legitimidade do acompanhamento técnico.

A análise dos dados obtidos nos registros familiares permite estimar perdas e danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, compreender mudanças nas condições de vida, identificar necessidades emergentes e planejar ações adequadas ao cenário encontrado. Esses dados fornecem uma visão da situação socioeconômica, de saúde e educacional das famílias, informando sobre a eficácia das medidas de reparação e mitigação implementadas, permitindo o acesso a informações que apoiem a definição de novas políticas públicas, bem como a utilização/continuidade daquelas já existentes.

5.2. Pesquisa-ação, Educação popular e Mobilização Social

Primamos pelo princípio de ampliação do protagonismo dos atingidos e das atingidas e, neste sentido, serão promovidos mecanismos que viabilizem a informação, a mobilização e o engajamento das comunidades a fim de propiciar que elas tomem decisões informadas no processo de reparação nos âmbitos social, ambiental e econômico das comunidades. Nesse sentido, o trabalho da assessoria técnica



independente pauta-se em três pilares metodológicos fundamentais: a pesquisa-ação, a educação popular e a mobilização social. Para tanto, a partir do diálogo com as pessoas atingidas e, em respeito às características socioculturais e formas de organização já estabelecidas nos territórios, serão promovidos espaços participativos que visem:

- I. A democratização do acesso à informação no processo reparatório;
- II. A construção de pautas, debate e aprofundamento sobre os planos, programas e ações de reparação;
- III. A tomada participativa de decisão sobre temas prioritários e formas de encaminhamento;
- IV. A construção de entendimentos coletivos.

Entende-se por pesquisa-ação, os desenhos de pesquisa que buscam tornar-se os “sujeitos pesquisados” em colaboradores do próprio processo de pesquisa, atribuindo à população alvo dos estudos papel significativo na formulação de perguntas, construção do desenho metodológico do estudo e mesmo na definição de quais estudos são bem-vindos e necessários (PERUZZO, 2017). Busca-se assim trazer a realidade narrada e vivenciada pela pessoa atingida para o centro do processo reparatório, sendo elementos importantes para a identificação dos danos causados e elaboração de propostas para sua reparação integral.

A educação popular visa a construção de um senso crítico que leve à compreensão coletiva da realidade e construção de entendimentos, bem como ao comprometimento e elaboração de propostas pela população, com vistas a construção de uma cultura de atuação para a cidadania. Ao contrário da ação antidialógica, a educação popular exige a postura de colaboração, para apoiar a população vulnerabilizada em seu processo de autorreflexão e reconhecimento, de modo que sejam os responsáveis pela construção dos mecanismos de transformação necessários para a superação da condição em que se encontram (FREIRE, 1970). Envolve o diálogo acerca dos problemas da população atingida em linguagem adequada, em um processo de tradução da linguagem técnica para a linguagem popular. Ao mesmo tempo, opera uma tradução inversa, construindo conceitos junto à população atingida e operando uma tradução inversa, do conhecimento popular para o campo técnico e jurídico.

Por fim, a mobilização social, enquanto metodologia, alimenta e é alimentada tanto pela pesquisa-ação, quanto pela educação popular. Werneck (2004) define a



mobilização como a convocação de vontades para atuação conjunta em um propósito compartilhado. Na abordagem aqui identificada norteia-se pelos princípios de construção da autonomia e participação, buscando a incidência ativa de sujeitos em sua realidade social (MAFRA, 2010). Nessa perspectiva, a ideia de mobilização tem em sua concepção propostas organizativas, de ação coletiva orientada a um propósito comum, propositivas, de visão de mundo ou objetivo compartilhado, e participativas, tendo em vista o caráter coletivo da ação.

Nessa perspectiva, de forma integrada e complementar, serão realizadas/os:

5.2.1 Reuniões de Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs)

Os Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs) constituem a célula fundamental da organização e da participação popular no processo de reparação dos danos, tendo como principal objetivo estimular a auto-organização das famílias atingidas. Os grupos são instrumentos para se alcançar o protagonismo, a transparência e a continuação do processo de mobilização já iniciado nas comunidades, respeitando as particularidades de cada território. Todas as pessoas atingidas interessadas em participar do processo coletivo de reparação serão convidadas pelo coordenador do grupo a integrar um GAA, que será acompanhado pela equipe de mobilização.

A estratégia metodológica do GAA visa possibilitar o acompanhamento mais próximo do(a) mobilizador(a) com as pessoas atingidas de determinada comunidade/território ou categoria profissional, para tanto, esses grupos têm como expectativa um quantitativo de 15 (quinze) a 20 (vinte) integrantes e são coordenados pelas próprias pessoas atingidas.

As reuniões são realizadas periodicamente, a cada 45 dias, de acordo com as demandas organizadas e apresentadas pelas comunidades/territórios e categorias profissionais. No contexto atual, espera-se que os GAAs cumpram um papel central no diálogo sobre os projetos comunitários e programas da reparação (proposição, monitoramento, execução), garantindo também o repasse qualificado sobre o andamento do processo reparatório. No território de Resplendor e Itueta, atualmente a Aedas acompanha e assessora **18 Grupos de Atingidos e Atingidas**.

5.2.2. Visitas Técnicas (VTs) e Acompanhamento de Lideranças

As Visitas Técnicas são realizadas por profissionais das equipes de mobilização e eixos temáticos, e seguem uma periodicidade quinzenal. São espaços que objetivam



principalmente a qualificação da participação de lideranças comunitárias nas ações e atividades que decorrem do processo reparatório.

Para isso, as VTs visam também o fortalecimento de vínculos entre ATI e lideranças comunitárias, sendo um momento de escuta ativa e de trocas dialógicas, e assim, caracterizam-se por seu caráter formativo e informativo. Estes espaços contribuem para a) a organização de reuniões locais/comunitárias; b) repasses de informações sobre o processo reparatório, c) qualificação de pautas e demandas locais, d) preparação para reuniões com atores externos (Governos, Estado, Municípios, IJs e Instituições de Ensino), d) orientação sobre acesso à Programas, Projetos e Anexos da Repactuação/Reparação; entre outros.

5.2.3. Coletivo de Agentes Multiplicadores (AGMs)

O Coletivo de Agentes Multiplicadores é composto preferencialmente por três representantes de cada GAA (um homem, uma mulher e um jovem). Por seu engajamento mais ativo no processo reparatório, as pessoas atingidas envolvidas neste coletivo acompanharão, de forma mais próxima e aprofundada, os desdobramentos do processo de reparação (social, ambiental e econômica), com grande destaque para a temática de projetos, sejam eles comunitários, regionais e para a bacia do rio Doce. Também atuarão como cadeia transmissora de informações, apoiando a organização e mobilização para os GAAs dos quais são referência.

No território de Resplendor e Itueta atualmente temos 54 AGMs em assessoramento prestado pela ATIs. A proposta metodológica para o trabalho com esse coletivo perpassa também pelo acompanhamento de lideranças e o trabalho dos Eixos Temáticos.

5.2.4. Coletivo de Acompanhamento de Eixo – Eixo Temático AGM

A reparação de danos é um processo longo e complexo, que exige de todas as instituições e sujeitos envolvidos um intenso esforço de compreensão para aprofundamento nos diferentes temas que lhes atravessam. De modo a garantir a participação informada da população atingida nas diferentes esferas da reparação, o coletivo de Agentes Multiplicadores se divide em coletivos menores, os *eixos temáticos*, para especialização nas temáticas: a) Saúde; b) Assistência Social; c) Reativação Econômica; d) Mulheres; e) Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; f) Participação e Controle Social; g) Socioambiental; h) Indenização e Transparência.



Esses eixos reúnem-se trimestralmente, e acabam por fortalecer outros mecanismos e espaços de participação (governança) decorrentes da reparação, qualificando-se enquanto espaço de formação, monitoramento e proposição.

5.2.5. Comissão de Atingidas/os

A Comissão de Atingidos e Atingidas é um espaço organizativo das pessoas que são conhecidas e reconhecidas em seus territórios enquanto lideranças, que como tais assumem o compromisso de dialogar sobre as pautas coletivas nos espaços de representação, buscando que as demandas da população sejam encaminhadas e atendidas.

Nas reuniões, o coletivo de comissões assume o exercício do controle social, reforçando o compromisso com a transparência e a participação popular na fiscalização das atividades da ATI. As informações são disponibilizadas de forma clara, acessível e sem restrições, em conformidade com o princípio da transparência que orienta a atuação da Aedas em todos os seus projetos. Essa estrutura visa garantir que as pessoas atingidas tenham domínio e protagonismo no processo.

Neste sentido, para além das questões já apresentadas, o coletivo de comissões, ao reunir-se, realiza o monitoramento de ações e programas da reparação, bem como de atividades da própria ATI. É também neste espaço que demandas são socializadas e possibilidades de encaminhamento são construídas. O coletivo de comissões tem caráter consultivo de deliberativo, decidindo sobre os caminhos possíveis para a solução de problemas coletivos.

Cabe destacar que, as Comissões Territoriais, consolidadas a partir do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC-GOV), são compostas por representantes das Comissões Locais, eleitos por meio de votação em assembleia. As reuniões dessas comissões ocorrem mensalmente.

5.3. Espaços Participativos Externos

Para além da estrutura participativa interna apresentada acima, existem espaços e atividades que ocorrem junto aos atores externos da reparação (Órgãos do Governo Federal, Instituições de Justiça, Conselhos e Órgãos Ambientais e de Saúde, prefeituras, secretarias, assembleias, seminários, entre outros) em que a ATI atua de forma



colaborativa com as pessoas e comunidades atingidas quando solicitado por elas, seja na preparação para atividade, seja no acompanhamento (presencial ou virtual). Nesse sentido, e objetivando a garantia do direito a participação das pessoas atingidas nesses espaços, optamos em classificá-los enquanto:

5.3.1. Espaço Participativo Externo – Acordo

Enquadram-se aqui as atividades realizadas junto a atores, instituições e organizações atuantes no processo reparatório e contam com a participação das pessoas atingidas. Compreendemos estas enquanto ações inclusas no circuito da reparação, sendo exemplos a participação nas reuniões do Conselho Federal de Participação Social, reuniões das estruturas participativas estaduais e municipais, entre outras.

5.3.2. Espaço Participativo Externo - Cidadão (Espaço de participação cidadã)

São espaços que não são vinculados diretamente ao Acordo, mas estão relacionados à reparação e cumprem papel importante para a sociedade civil enquanto locais de controle social, participação e deliberação cidadã. São exemplos desses espaços conselhos de políticas públicas, câmaras, assembleias, organismos internacionais e organizações sociais publicamente reconhecidas por sua atuação. A Aedas compreende que o fomento do exercício da cidadania pela população atingida, incentivando e apoiando no acesso a mecanismos de participação pública já existentes, não apenas constrói canais alternativos para o diálogo a respeito dos direitos violados e do processo reparatório, como também representa um passo importante para a construção de autonomia das comunidades atingidas, e um possível legado importante do processo de assessoria técnica independente.

Um dos pontos centrais para um processo participativo efetivo é a materialização das reflexões coletivas em propostas da comunidade para o processo reparatório, que devem ser acompanhadas pela comunidade no exercício do controle social. Para tanto, considera-se fundamental a construção do “Plano de Ação Comunitário” que cumpre o papel de registro de demandas de cada um dos Grupos de Atingidos e Atingidas instituídos no processo de trabalho da ATI. Esses documentos identificam os principais pleitos da comunidade, as medidas previstas no Acordo que encaminham esses pleitos e a forma de monitoramento participativo de sua implementação. Serve assim como



elemento de controle social sobre as ações desenvolvidas, além de ser um registro de cada comunidade e de suas demandas e conquistas no processo reparatório.

5.4. Espaços e Metodologias Participativas com Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)

A metodologia de trabalho da ATI Aedas junto aos povos e comunidades tradicionais tem como base o respeito aos princípios de Autoidentificação, Autodefinição e Auto-organização das comunidades, assim como preconizada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com base na organização autônoma da comunidade, quem define quem é e quem não é tradicional é a própria comunidade, a partir das noções de pertencimento e vínculos territoriais.

Para responder as demandas dos territórios tradicionais atingidos, foram desenvolvidas metodologias que respeitam o direito à participação e decisão das comunidades, em um processo contínuo de construção coletiva. São três as metodologias específicas utilizadas junto aos PCTs: 1) Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais; 2) Oficinas de Tradicionalidade e 3) Elaboração de Protocolos de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé. Para além desses, as comunidades participam de todos os demais espaços participativos citados anteriormente.

As comunidades tradicionais, por meio de suas lideranças, são consultadas previamente antes de qualquer espaço que vá acontecer. A consulta acontece para que a comunidade seja informada previamente de todos os espaços, quais temas serão abordados e possa propor uma agenda.

5.4.1. Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais

A metodologia do mapeamento foi estruturada a partir de uma demanda dos territórios atingidos por conta do não reconhecimento como "tradicional-atingido" no processo reparatório. Com isso, buscou-se identificar e georreferenciar esses povos e comunidades tradicionais. O Mapeamento se inicia com o cruzamento de dados do IBGE, da Fundação Cultural Palmares, de pesquisa documental e bibliográfica, juntamente com extensa pesquisa de campo.

Após reunir informações sobre a comunidade, a Aedas faz uma visita para estabelecer um primeiro contato e conversar com suas lideranças. Então é marcado uma



reunião de apresentação do trabalho da Aedas para a comunidade. Depois, se inicia o trabalho de mobilização e construção dos espaços participativos. Muitas vezes, as comunidades que já são assessoradas pela Aedas levantam a pauta da tradicionalidade, informando se reconhecer como comunidade quilombola, ribeirinha ou pescador tradicional. Todos esses dados são sistematizados e é feito o registro das coordenadas geográficas, para ser inserido no mapa.

O respeito ao tempo próprio das comunidades e aos processos de autoidentificação coletiva faz com que a metodologia de mapeamento desenvolvida pela Aedas seja contínua e esteja em constante atualização. As identidades de “tradicional”, “atingido” e “tradicional-atingido” vêm sendo construídas a partir da compreensão dos danos sofridos aos seus modos de vida tradicional. Até o momento, a Aedas Médio Rio Doce mapeou mais de 30 (trinta) povos e comunidades tradicionais. Dentre eles há quatro comunidades quilombolas, dezenas de coletivos de pescadores tradicionais, ribeirinhos e ilheiros, povos de terreiro, congados, pomeranos, areeiros e carroceiros.

5.4.2. Oficinas de Tradicionalidade

O intuito das oficinas é levantar registros de história oral e documentar elementos de tradicionalidades das comunidades. As *oficinas* estão organizadas em 03 espaços participativos distintos.

- **Oficina 01 e 02 – Elementos de Tradicionalidade:** Consiste na escuta qualificada e no registro das histórias das comunidades, no processo de documentação de elementos de tradicionalidades (são registrados os seus modos de vida e produção, a organização social e as relações com o território tradicional). Geralmente são necessários dois ou mais espaços como esse.
- **Oficina 03 – Ouvindo os Mais Velhos:** Esse espaço consiste em visita técnica às lideranças e aos mais velhos. As visitas possibilitam o aprofundamento das histórias e memórias levantadas nas oficinas. É importante levantar informações sobre ancestralidade, início da ocupação no território, núcleos familiares mais antigos, tecnologias e ferramentas de produção, festas, celebrações, práticas culturais e religiosas. Também é pautada as principais mudanças geradas pelo rompimento aos modos de vida tradicionais. Quando possível, é feito levantamento audiovisual das visitas, por meio de fotos e vídeos.



- **Oficina 04 – Revisão Participativa:** A sistematização dos dados levantados ao longo das oficinas é apresentada por meio de uma carta que conta a história da comunidade. Durante o espaço, a carta vai ser lida e revisada por todos. Por vezes, vai ser necessário mais de um espaço para a revisão. Após aprovada, a *Carta de Autorreconhecimento* é entregue a comunidade. Algumas dessas cartas têm auxiliado as comunidades no processo de certificação junto aos órgãos competentes.

5.4.3. Protocolos de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé

São documentos onde estão as regras e formas de organização próprias de cada povo e comunidade tradicional, assim, são forma escrita de seu direito próprio, suas instituições e normatividades, que desde sempre existiram e foram transmitidas oralmente. São instrumentos que os povos e comunidades tradicionais passaram a consolidar como forma de fazer o Estado entender e respeitar as suas leis. O protocolo é uma importante ferramenta de mobilização de base comunitária (com participação autônoma e efetiva, assim como obtenção do consentimento).

Antes de iniciar o processo de elaboração do protocolo é necessário o levantamento prévio de informações sobre o território, articulados com dois dos principais princípios da oficina, o passado (*a memória e o “quem somos”*) e o presente-futuro (*aquilo que nos ameaça*), mas também quais as expectativas e interesses de desenvolvimento autônomo da comunidade. É importante nesse momento procura dar conta da formação histórico-social da comunidade e do território, assim como sistematizar levantamento bibliográfico. Antes de iniciar as oficinas é necessário consultar as lideranças, apresentar a proposta de agenda e fazer adequações no calendário e na metodologia, proposta com base na especificidade de cada comunidade. A metodologia desenvolvida para a elaboração do Protocolo de Consulta consiste na realização de 08 espaços participativos, entretanto, se a comunidade achar necessário, devem ser realizadas mais oficinas. As oficinas estão organizadas da seguinte forma:

- **Oficina 01 e 02 - Memória Coletiva:** Levar os participantes a reflexão e compartilhamento de sua conexão com as famílias, com a terra, com as águas, com a alimentação e artesanato local, com as festas da comunidade e práticas tradicionais que existem ou já existiram naquele território, um momento de



reativação da oralidade e apropriação pela assessoria dos elementos tradicionais de determinado campo.

- **Oficina 03 - Oficina de Direitos Tradicionais:** Políticas públicas e marcos regulatórios são apresentados em linguagem acessível e para conhecimento geral das normativas nacionais e internacionais que podem se apresentar como portas para a comunidade proteger os seus direitos.
- **Oficina 04 - O que é um Protocolo:** A oficina de Protocolo tem como intuito garantir a proteção e preservação das comunidades atingidas como instrumentalização dos direitos das comunidades, a identificarem e utilizarem seus potenciais. Apresentando processos que outras comunidades vivenciaram (com recursos de audiovisual, leitura coletiva de protocolos que já estão prontos) espera-se estimular as comunidades atingidas, onde o projeto será desenvolvido a começarem a desenhar as formas de construção para a realidade específica das comunidades atingidas.
- **Oficina 05 e 06: Como Queremos ser Consultados:** Esse é o espaço no qual a comunidade vai refletir como deseja ser consultada. É importante que seja respondido: Como queremos ser consultados? Quando devemos ser consultados? Onde devemos ser consultados? Quem deve estar presente no processo de consulta? Como lidar com entes externos a comunidade? E várias outras questões sobre o processo de elaboração do protocolo. Após essas oficinas, tudo o que foi dito vai ser sistematizado e organizado em formato de texto.
- **Oficina 07 - Revisão Participativa:** A oficina tem por objetivo revisar coletivamente todos os pontos das oficinas anteriores, alinhando entendimentos sobre a sistematização das informações que serão publicadas e quais informações são internas a comunidade. Importante uma discussão ampla, densa e detalhada, de forma que deem legitimidade ao documento elaborado. Os encontros de revisão participativa levarão o tempo necessário estabelecidos pela comunidade.
- **Oficina 08 - Lançamento do Protocolo:** Espaço participativo que tem o objetivo de consagrar o trabalho feito com a comunidade e dar conhecimento comum sobre o Protocolo, com entrega do documento em formato impresso e por meio digital (PDF), para a comunidade e a assessoria divulgarem de forma ampla.



Além dos espaços participativos já desenvolvidos com os Povos e Comunidades Tradicionais, outras oficinas e metodologias têm sido demandadas pelas comunidades. Elas são: 1) Elaboração de cartografia social de territórios tradicionais; 2) Oficina sobre reparação e tradicionalidade; 3) Oficina sobre território, identidade e pertencimento; 4) Oficina sobre atravessamentos entre raça, gênero, trabalho e tradicionalidade (interseccionalidades).

5.5. Ciranda

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana - MG, além de atingir irreversivelmente a paisagem cultural/socioambiental entre Minas Gerais e Espírito Santo, trouxe para a vida de milhares de pessoas, diversos tipos de vulnerabilidades e danos, impostos dia após dia e de formas novas e distintas. No contexto das infâncias e adolescências atingidas pelo desastre-crime, compreende-se como é essencial e preciso visibilizá-los, pois vivenciaram uma série de mudanças negativas que desestruturaram a suas identidades, os modos de vida, a cultura e tradicionalidades, além de outros aspectos como o decréscimo da qualidade e estrutura de vida e do acesso a ambientes estáveis e seguros em um momento crucial de seu desenvolvimento.

Assim, mostra-se necessário medidas independentes para reparação da faixa etária infantojuvenil, pois a exclusão social e as violações de direitos na infância e adolescência geram marcas profundas, atingindo não apenas o indivíduo, mas toda a estrutura social e por isso, como medida mitigatória de transtornos futuros, devemos ser mais incisivos na caracterização das infâncias e adolescência, descaracterizando-as como meras dependentes dos adultos e dando atenção às suas especificidades. A Aedas em todos os espaços participativos com as pessoas adultas atingidas promove a realização das cirandas. As cirandas são espaços participativos voltados às crianças e aos adolescentes como sujeitos de direitos, na responsabilidade coletiva sobre as infâncias e adolescências e na prioridade absoluta da garantia de seus direitos, como estabelecido pela Constituição Federal do Brasil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º. Das pessoas registradas e acompanhadas pela Aedas no território, 23,7% são crianças e adolescentes.

As cirandas, assim como os espaços participativos voltados para os adultos, se fundamentam na educação popular, mobilização e pesquisa-ação para desenvolver metodologias que dialogam com a realidade cultural, social e territorial das crianças e



adolescentes atingidos. Por meio de propostas que trazem ludicidade, formação crítica, escuta ativa, orientadas pelo protagonismo, modos de vida e experiências desses sujeitos, os temas da reparação são esmiuçados com a finalidade de que os atingidos infantojuvenis tenham acesso democrático às informações do processo reparatório. Desse modo, podem discutir, a partir de sua realidade, os danos sofridos, as suas próprias demandas, as ideias de projetos e propostas a serem compartilhadas com os adultos para se somar nas construções de entendimentos coletivos e encaminhamentos que incidirão no processo de reparação.

Atrelado aos temas da reparação e considerando o conceito da Reparação Integral, as cirandas transversalizam assuntos como: diversidade étnico-racial, equidade de gênero, direitos dos povos e comunidades tradicionais, identidade cultural e social, meio ambiente e sociedade, saúde, lazer, educação, alimentação, direitos das crianças e adolescentes, além de outros que são fomentados ou levantados pelas/os próprias/os participantes.

Além disso, as cirandas possibilitam a participação plena das pessoas responsáveis pelas crianças e adolescentes, pois terão como rede de apoio uma equipe da ATI com profissionais plurais e de formação interdisciplinar, focados na proteção e garantia de direitos, na escuta e formação das crianças e adolescentes atingidas. As cirandas asseguram com que as mulheres-mães, socialmente sobrecarregadas com os cuidados das crianças, consigam participar de maneira que as discrepâncias de gênero sejam reduzidas. De acordo com os Registros Familiares da Aedas, por volta de 51,50% das pessoas acompanhadas no território são mulheres, o que evidencia a necessidade de ações voltadas para a sua efetiva participação quando mães.

Por fim, a ciranda no processo reparatório significa garantir que as vozes de crianças e adolescentes ecoem e deem sequência junto aos seus pais, às suas mães, aos familiares e à comunidade na luta pela reparação integral.

5.6. Materiais Pedagógicos e de Comunicação

A comunicação popular e o acesso à informação constituem instrumentos fundamentais na promoção de uma reparação que se faça justa e, assim, integral. Tais elementos fortalecem o protagonismo das comunidades atingidas, ampliam a transparência dos processos e contribuem para a construção coletiva de soluções. Essa comunicação, impulsionada pelo corpo técnico da Aedas em consonância com os anseios



e necessidades encontradas nos territórios, não apenas informa, mas também empodera e transforma, alinhando-se aos valores de igualdade, justiça e participação ativa das comunidades atingidas e suas próprias narrativas. Baseando-se no princípio de comunicação popular que "possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o "povo" como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo" (Peruzzo, 2006, p. 4).

Serão utilizados como instrumento os seguintes produtos:

Digitais

- **Boletim da Reparação:** tem como conteúdo os temas centrais da reparação e decisões judiciais que alcançam diretamente a vida das pessoas atingidas e os rumos da reparação individual ou coletiva. O objetivo desse boletim é manter as pessoas atingidas informadas sobre avanços, impasses e novas determinações do processo de reparação. São utilizados recursos textuais e audiovisuais, com disparos pelo Whatsapp e, de maneira impressa, no jornal.
- **Boletim Aedas Informa:** tem como conteúdo notícias institucionais da Aedas ou informações relevantes de parceiros, eventos, posicionamentos, editais e outras notícias. O objetivo é dar visibilidade ao papel institucional da Aedas e situar a entidade como referência na reparação. São utilizados recursos textuais e audiovisuais, com disparos pelo Whatsapp.
- **Boletim Médio Rio Doce:** tem como conteúdo as notícias do dia a dia, coberturas de reuniões internas (espaços participativos, por exemplo) e externas (com Instituições de Justiça, governos, entidades, audiências públicas). O objetivo é valorizar e dar transparência às atividades do território, reforçando a participação popular. São utilizados recursos textuais e audiovisuais, com disparos pelo Whatsapp.

Transmídia

- **Rádio Estação Rio Doce:** é um produto distribuído de forma acessível e próxima à realidade das comunidades, usando a oralidade como meio central de comunicação. Veiculado em plataformas digitais, rádios comunitárias e comerciais, abordando notícias, entrevistas, memórias e histórias de vida ligadas



à reparação, à luta por justiça e à vida cotidiana das pessoas atingidas. Alcance de públicos que não acessam os meios digitais de forma constante.

- **Jornal Territórios:** é um produto tipo tabloide contendo de 12 a 16 páginas, com lançamento bimestral. Objetiva ser um espaço de memória, informação e mobilização das pessoas atingidas. Traz reportagens, registros de atividades e análises sobre o processo de reparação, valorizando especialmente as vozes das mulheres, povos e comunidades tradicionais e população negra. Distribuído durante espaços participativos, disponibilizado no site e enviado em boletim digital para as comunidades assessoradas.

Impressos

- **Cadernos temáticos:** materiais aprofundados sobre temas específicos, funcionam como referência para espaços participativos, formações e fortalecimento de lideranças locais.
- **Cartilhas/folders/folhetos:** tem formato prático e linguagem direta, facilitando a leitura rápida e o compartilhamento entre grupos de atingidos e atingidas e suas comunidades.
- **Produtos gráficos:** bottons, adesivos, ecobags, banners, faixas, pastas, crachás, blocos de notas e cartazes. Utilizados em campanhas, espaços temáticos e datas simbólicas. Criam identidade visual compartilhada, pois circulam nos espaços participativos, plenárias e mobilizações, ampliando a visibilidade das pautas das comunidades.

Campanhas

As campanhas de comunicação são utilizadas como estratégias internas e externas de atuação da equipe de comunicação, pois traduzem temas complexos em materiais acessíveis, como no caso das campanhas sobre o novo acordo de reparação. Utilizam identidade visual unificada, fortalecendo a credibilidade da assessoria técnica independente como fonte de informação segura e acessível. As campanhas de comunicação também são utilizadas para marcar datas simbólicas (como os anos do rompimento da barragem de Fundão), reforçando a luta coletiva e a memória das



comunidades atingidas. Tem como foco principal circular em diferentes formatos (impressos, digitais, sonoros e audiovisuais), garantindo que a mensagem chegue tanto a quem está conectado às redes sociais quanto a quem depende de materiais físicos.

Oficinas

As oficinas são ferramentas centrais na atuação junto às comunidades atingidas, pois formam sujeitos comunicadores, ampliando a autonomia popular na produção e circulação de informações. Elas se inserem como estratégia que fortalece a comunicação popular, com conteúdo definido a partir da realidade, demandas e saberes das comunidades atingidas.

São criadas por meio de metodologias participativas, com exercícios práticos e linguagem acessíveis para, assim, introduzir noções básicas de comunicação, como fotografia, produção audiovisual, e recursos digitais.



06. Transparência e Rastreabilidade/ Monitoramento e Controle Social





6. TRANSPARÊNCIA E RASTREABILIDADE/MONITORAMENTO E CONTROLE SOCIAL

Para garantir um monitoramento eficiente das ações realizadas pela Assessoria Técnica Independente (ATI) e a conformidade com o Termo de Compromisso, estão programadas auditorias de natureza contábil-financeira e finalística. Uma entidade externa, independente da Aedas e de qualquer empresa associada às mineradoras, realizará essas auditorias. Essa entidade deve estar devidamente habilitada pelo Conselho Regional de Contabilidade para conduzir a auditoria externa. Essa condição está prevista na Cláusula 27 do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva, assinado em 25 de outubro de 2024, em razão do colapso da Barragem de Fundão.

De acordo com a cláusula mencionada, a auditoria visa avaliar a execução do plano de trabalho da ATI Aedas para verificar se está em conformidade com os compromissos estabelecidos no Acordo Judicial. Isso abrange a análise do uso dos recursos financeiros, a avaliação dos resultados obtidos em comparação com as metas definidas, a checagem da conformidade dos processos administrativos e operacionais, além da verificação da eficácia das ações implementadas nas comunidades atingidas.

Os pareceres técnicos fornecidos pela auditoria apoiarão o controle social e a tomada de decisões pelos órgãos competentes e outras instâncias de governança da reparação.

A Aedas disponibilizará os pareceres das auditorias contábil-financeiras e finalísticas, bem como os relatórios finalísticos trimestrais, em formato físico e digital, às Comissões Territoriais de Atingidos e Atingidas, às instâncias participativas previstas no Acordo Judicial e a qualquer pessoa atingida que os solicite. Além disso, os pareceres emitidos pela auditoria serão divulgados em uma aba específica de transparência no site institucional da entidade, garantindo amplo acesso à informação e fortalecendo o controle social sobre a execução do Plano de Trabalho.

Outra ferramenta que garante o controle social por parte de atingidos e atingidas são os encontros de Controle Social, nos quais será apresentado à Comissão de Atingidos e atingidas o balanço das atividades finalísticas realizadas no semestre via reunião ordinária das Comissões Territoriais e demais atingidos e atingidas interessados e interessadas a participar.



A apresentação desses balanços permite a reflexão, adequações e construção coletiva com as Comissões Territoriais e demais atingidos e atingidas interessados dos próximos passos da Assessoria, dentro do cronograma de atividades do Plano de Trabalho. Isso garante momentos de escuta, participação e avaliação contínua.

Como parte das ações voltadas ao controle social e à avaliação contínua do trabalho da ATI, a auditoria externa deverá realizar, no mínimo, um encontro semestral com as Comissões Territoriais de Atingidos e Atingidas. Esses encontros também estarão abertos à participação das instâncias previstas no Acordo Judicial e de qualquer pessoa atingida que deseje acompanhar o processo.

Durante esses encontros, serão apresentados os resultados das avaliações contábil-financeiras e finalísticas realizadas pela auditoria externa. Além disso, será realizada a escuta das pessoas atingidas, por meio da coleta de relatos e percepções sobre o trabalho desenvolvido pela ATI Aedas no período. Os relatos, coletivos e individuais, deverão ser incorporados aos pareceres da auditoria finalística e protocolados no sistema Judicial.

Contudo, a Aedas também divulgará de forma massiva e permanente, endereço eletrônico e número de telefone para receber possíveis críticas e sugestões a qualquer momento sobre o trabalho executado, bem como, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), para solicitações de quaisquer dados fornecidos à instituição ao longo do processo de assessoramento técnico independente. Respeitando o anonimato, tais reclamações serão repassadas para a Comissão Local, no intuito de analisar a relevância e construir coletivamente as soluções. Caberá ainda aos órgãos públicos avaliar as reclamações apresentadas pelas comunidades em relação à prestação de assessoria técnica independente e adotar as medidas que julgar cabíveis, após a oitiva da Aedas para esclarecimentos sobre os pontos apresentados.



07. Cronograma





7. CRONOGRAMA

ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27	mai/27	jun/27	jul/27	ago/27	set/27	out/27
I	RD02-1.1	Realizar reuniões dos Grupos de Atingidos e Atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
I	RD02-1.2	Realizar ciclo de visitas às lideranças	Evidências das visitas realizadas no período																								
I	RD02-1.3	Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais dos territórios no acesso a seus direitos específicos já reconhecidos	Documentos produzidos para acesso a direitos																								
II	RD02-2.1	Realizar Rodas de Diálogo com as pessoas atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
II	RD02-2.2	Produção de peças recorrentes para canais de comunicação	Peças de comunicação produzidas																								
II	RD02-2.3	Organizar e realizar campanhas de comunicação temáticas da ATI	Peças de comunicação produzidas																								
III	RD02-3.1	Realizar acompanhamento da Comissão Territorial de atingidos e atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
III	RD02-3.2	Realizar levantamento, estudo, registro e sistematização das decisões e medidas existentes dentro do sistema reparatório	Materiais informativos produzidos sobre os documentos sistematizados																								
III	RD02-3.3	Apoiar a participação das pessoas atingidas nas reuniões das instâncias de participação da Bacia	Materiais informativos preparatórios para as reuniões com atores externos																								
IV	RD02-4.1	Realizar reuniões com os coletivos de Agentes Multiplicadores	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.2	Realizar as reuniões com os Eixos Temáticos de Agentes Multiplicadores	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.3	Apoiar na elaboração de projetos comunitários	Projetos comunitários elaborados																								
IV	RD02-4.4	Elaborar planos de ação comunitários	Planos de ação comunitários																								
V	RD02-5.1	Realizar aplicação do Registro Familiar	Registro Familiar aplicado																								
V	RD02-5.2	Acompanhar situações individuais de vulnerabilidade agravadas no território	Ofícios de encaminhamento de casos de vulnerabilidade para órgãos públicos																								
V	RD02-5.3	Realizar atendimento individual de dúvidas e orientações em relação ao processo reparatório e seus desdobramentos	Relatório de atendimentos realizados																								
VI	RD02-6.1	Elaborar documentos de encaminhamento das demandas da população atingida	Documentos de encaminhamentos de demandas																								
VI	RD02-6.2	Realizar envio, monitoramento e acompanhamento das demandas comunitárias nos anexos do Novo Acordo do Rio Doce	Relatório de monitoramento das demandas																								
VI	RD02-6.3	Realizar diálogo institucional com outros atores do processo reparatório	Relatorias das reuniões realizadas																								



ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 25	Mês 26	Mês 27	Mês 28	Mês 29	Mês 30	Mês 31	Mês 32	Mês 33	Mês 34	Mês 35	Mês 36	Mês 37	Mês 38	Mês 39	Mês 40	Mês 41	Mês 42	Mês 43	Mês 44	Mês 45	Mês 46	Mês 47	Mês 48
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/27	dez/27	jan/28	fev/28	mar/28	abr/28	mai/28	jun/28	jul/28	ago/28	set/28	out/28	nov/28	dez/28	jan/29	fev/29	mar/29	abr/29	mai/29	jun/29	jul/29	ago/29	set/29	out/29
I	RD02-1.1	Realizar reuniões dos Grupos de Atingidos e Atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
I	RD02-1.2	Realizar ciclo de visitas às lideranças	Evidências das visitas realizadas no período																								
I	RD02-1.3	Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais dos territórios no acesso a seus direitos específicos já reconhecidos	Documentos produzidos para acesso a direitos																								
II	RD02-2.1	Realizar Rodas de Diálogo com as pessoas atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
II	RD02-2.2	Produção de peças recorrentes para canais de comunicação	Peças de comunicação produzidas																								
II	RD02-2.3	Organizar e realizar campanhas de comunicação temáticas da ATI	Peças de comunicação produzidas																								
III	RD02-3.1	Realizar acompanhamento da Comissão Territorial de atingidos e atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
III	RD02-3.2	Realizar levantamento, estudo, registro e sistematização das decisões e medidas existentes dentro do sistema reparatório	Materiais informativos produzidos sobre os documentos sistematizados																								
III	RD02-3.3	Apoiar a participação das pessoas atingidas nas reuniões das instâncias de participação da Bacia	Materiais informativos preparatórios para as reuniões com atores externos																								
IV	RD02-4.1	Realizar reuniões com os coletivos de Agentes Multiplicadores	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.2	Realizar as reuniões com os Eixos Temáticos de Agentes Multiplicadores	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.3	Apoiar na elaboração de projetos comunitários	Projetos comunitários elaborados																								
IV	RD02-4.4	Elaborar planos de ação comunitários	Planos de ação comunitários																								
V	RD02-5.1	Realizar aplicação do Registro Familiar	Registro Familiar aplicado																								
V	RD02-5.2	Acompanhar situações individuais de vulnerabilidade agravadas no território	Ofícios de encaminhamento de casos de vulnerabilidade para órgãos públicos																								
V	RD02-5.3	Realizar atendimento individual de dúvidas e orientações em relação ao processo reparatório e seus desdobramentos	Relatório de atendimentos realizados																								
VI	RD02-6.1	Elaborar documentos de encaminhamento das demandas da população atingida	Documentos de encaminhamentos de demandas																								
VI	RD02-6.2	Realizar envio, monitoramento e acompanhamento das demandas comunitárias nos anexos do Novo Acordo do Rio Doce	Relatório de monitoramento das demandas																								
VI	RD02-6.3	Realizar diálogo institucional com outros atores do processo reparatório	Relatorias das reuniões realizadas																								



ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27	mai/27	jun/27	jul/27	ago/27	set/27	out/27
Gestão	RD02-7.1	Implementação do projeto de ATI nos territórios	Contratos; Protocolos de uso dos bens;																								
Gestão	RD02-7.2	Revisar e implementar fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo	Fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo																								
Gestão	RD02-7.3	Gerir estruturas físicas do projeto	Instrumentos de controle de patrimônio;																								
Gestão	RD02-7.4	Gerir estruturas digitais do projeto	Relatório de atendimento do ServiCDesk; Orientações aos usuários em relação às atualizações na plataforma/software; Procedimento operacional padrão de uso do software.																								
Gestão	RD02-7.5	Desenvolver e implementar os aplicativos do Médio Rio Doce	Aplicativos e instrumentos implementados e funcionando.																								
Gestão	RD02-7.6	Realizar contratação das vagas remanescentes do projeto e formação inicial das novas contratações	Contrato Trabalhista assinado.																								
Gestão	RD02-7.7	Realizar gestão de pessoas do projeto	Instrumento de acompanhamento do RH do Projeto; Folhas de Pontos dos colaboradores.																								
Gestão	RD02-7.8	Realizar gestão documental do projeto	Instrumento de monitoramento dos contratos do Projeto; Estrutura de pastas e subpastas para o armazenamento físico e digital dos documentos; Verificações internas do sistema documental.																								
Gestão	RD02-7.9	Realizar ciclo formativo das equipes do projeto	Capturas de tela, LPI, Fotos com metadados e documentos pedagógicos das Formações internas.																								
Gestão	RD02-7.10	Realizar prestação de contas finalística do projeto	Relatório Finalístico do Projeto.																								
Gestão	RD02-7.11	Realizar prestação de contas financeira do projeto	Relatórios Financeiros.																								
Gestão	RD02-7.12	Executar ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) do projeto	Planejamento realizado																								
Gestão	RD02-7.13	Realizar análise de risco e segurança jurídica	Plano de gerenciamento de riscos; Pareceres ou Nota técnicas com recomendações de mitigação e medidas preventivas.																								
Gestão	RD02-7.14	Realizar desmobilização do projeto	Plano de comunicação para desmobilização; Contratos finalizados; Bens adquiridos destinados conforme o Plano de Desmobilização;																								
Gestão	RD02-7.15	Revisar Plano de Trabalho da ATI	Plano de trabalho revisado e entregue																								



ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 25	Mês 26	Mês 27	Mês 28	Mês 29	Mês 30	Mês 31	Mês 32	Mês 33	Mês 34	Mês 35	Mês 36	Mês 37	Mês 38	Mês 39	Mês 40	Mês 41	Mês 42	Mês 43	Mês 44	Mês 45	Mês 46	Mês 47	Mês 48
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/27	dez/27	jan/28	fev/28	mar/28	abr/28	mai/28	jun/28	jul/28	ago/28	set/28	out/28	nov/28	dez/28	jan/29	fev/29	mar/29	abr/29	mai/29	jun/29	jul/29	ago/29	set/29	out/29
Gestão	RD02-7.1	Implementação do projeto de ATI nos territórios	Contratos; Protocolos de uso dos bens;																								
Gestão	RD02-7.2	Revisar e implementar fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo	Fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo																								
Gestão	RD02-7.3	Gerir estruturas físicas do projeto	Instrumentos de controle de patrimônio;																								
Gestão	RD02-7.4	Gerir estruturas digitais do projeto	Relatório de atendimento do ServiCDesk; Orientações aos usuários em relação às atualizações na plataforma/software; Procedimento operacional padrão de uso do software.																								
Gestão	RD02-7.5	Desenvolver e implementar os aplicativos do Médio Rio Doce	Aplicativos e instrumentos implementados e funcionando.																								
Gestão	RD02-7.6	Realizar contratação das vagas remanescentes do projeto e formação inicial das novas contratações	Contrato Trabalhista assinado.																								
Gestão	RD02-7.7	Realizar gestão de pessoas do projeto	Instrumento de acompanhamento do RH do Projeto; Folhas de Pontos dos colaboradores.																								
Gestão	RD02-7.8	Realizar gestão documental do projeto	Instrumento de monitoramento dos contratos do Projeto; Estrutura de pastas e subpastas para o armazenamento físico e digital dos documentos; Verificações internas do sistema documental.																								
Gestão	RD02-7.9	Realizar ciclo formativo das equipes do projeto	Capturas de tela, LPI, Fotos com metadados e documentos pedagógicos das Formações internas.																								
Gestão	RD02-7.10	Realizar prestação de contas finalística do projeto	Relatório Finalístico do Projeto.																								
Gestão	RD02-7.11	Realizar prestação de contas financeira do projeto	Relatórios Financeiros.																								
Gestão	RD02-7.12	Executar ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) do projeto	Planejamento realizado																								
Gestão	RD02-7.13	Realizar análise de risco e segurança jurídica	Plano de gerenciamento de riscos; Pareceres ou Nota técnicas com recomendações de mitigação e medidas preventivas.																								
Gestão	RD02-7.14	Realizar desmobilização do projeto	Plano de comunicação para desmobilização; Contratos finalizados; Bens adquiridos destinados conforme o Plano de Desmobilização;																								
Gestão	RD02-7.15	Revisar Plano de Trabalho da ATI	Plano de trabalho revisado e entregue																								



08. Metas e Indicadores





8. METAS E INDICADORES

RD02-1: Apoiar tecnicamente o processo de organização e auto-organização da população atingida em sua relação com a comunidade, auxiliando-as na sua participação nos atos relacionados à reparação previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce, em especial os povos e comunidades tradicionais interessados a fim de que possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população;							
INDICADOR:		Nº de reuniões comunitárias realizadas por mês, a partir do 2º mês de execução.	META:	12 espaços participativos por semestre			
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-1.1	Realizar reuniões dos Grupos de Atingidos e Atingidas	45 dias	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões	MOB	EIX	LOG	
RD02-1.2	Realizar ciclo de visitas às lideranças	45 dias	Evidências das visitas realizadas no período	MOB	LOG		
RD02-1.3	Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais nos territórios no acesso a seus direitos específicos reconhecidos.	4 meses	Documentos produzidos para acesso a direitos	MSD	DRI	COM	LOG
*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.							

RD02-2: Promover informação, inclusive técnica, à população atingida mediante a explicação do conteúdo técnico das informações pertinentes à reparação, auxiliando-as na compreensão e participação informada, pelas próprias pessoas atingidas, nos procedimentos e atos relacionados à reparação de seus respectivos danos, conforme medidas previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;							
INDICADOR:	Número de pessoas informadas sobre o Acordo.		META:	1000 pessoas a cada 6 meses			
INDICADOR:	Número de peças de comunicação veiculados sobre o Acordo.		META:	50 peças de comunicação a cada 6 meses			
INDICADOR:	Número de canais de comunicação ativados pela ATI até o segundo mês de projeto.		META:	7 canais de comunicação			
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-2.1	Realizar Rodas de Diálogo com as pessoas atingidas	1 mês	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões	EIX	MOB	LOG	COM
RD02-2.2	Organizar e realizar campanhas de comunicação temáticas da ATI	três meses	peças de comunicação produzidas	COM	MOB	EIX	



RD02-2.3	Produção de peças recorrentes para canais de comunicação	1 mês	peças de comunicação produzidas	COM	MOB	EIX	
*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.							
RD02-3: Realizar assessoramento do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e apoio da população atingida no encaminhamentos de propostas à instância para deliberação de propostas de interesse dos territórios acompanhados relacionado aos temas socioeconômicos e socioambientais;							
INDICADOR:	Assessoramento dos representantes escolhidos para o Conselho de Participação Social.		META:	03 Reuniões semestrais			
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-3.1	Realizar acompanhamento da Comissão Territorial de atingidos e atingidas	15 dias	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões	MOB	DRI	OI	LOG
RD02-3.2	Realizar levantamento, estudo, registro e sistematização das decisões e medidas existentes no sistema reparatório	15 dias	Materiais informativos produzidos sobre os documentos sistematizados	EIX	COM		
RD02-3.3	Apoiar a participação das pessoas atingidas nas reuniões das instâncias de participação da Bacia	15 dias	Materiais informativos preparatórios para as reuniões com atores externos	MOB	EIX	LOG	
*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.							

RD02-4: Auxiliar as pessoas atingidas e suas organizações na concepção, elaboração e monitoramento de projetos de interesse da comunidade atingida;							
INDICADOR:	Projetos em fase de elaboração com apoio técnico das ATIs		META:	2 projetos elaborados por edital lançado			
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-4.1	Realizar reuniões com os coletivos de Agentes Multiplicadores	1 mês	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões	EIX	MOB	LOG	COM
RD02-4.2	Realizar as reuniões com os Eixos Temáticos de Agentes Multiplicadores	1 mês	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões	EIX	MOB	LOG	COM
RD02-4.3	Apoiar na elaboração de projetos comunitários	3 meses	Projetos comunitários elaborados	EIX	MOB		



RD02-4.4	Elaborar planos de ação comunitários	3 semanas	Planos de Ação comunitários elaborados	EIX			
----------	--------------------------------------	-----------	--	-----	--	--	--

*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.

RD02-5: Assistir às pessoas atingidas na organização de documentos, conforme critérios de elegibilidade para acesso às ações, programas e projetos do Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;

INDICADOR:	Número de atendimentos realizados a cada 6 meses	META:	40 atendimentos realizados				
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD-2-5.1	Realizar aplicação do Registro Familiar	6 meses	Registro familiar aplicado	MOB			
RD02-5.2	Acompanhar situações individuais de vulnerabilidade agravadas no território	45 dias	Ofícios de encaminhamento de casos de vulnerabilidade para órgãos públicos	SIV			
RD02-5.3	Realizar atendimento individual de dúvidas e orientações em relação ao processo reparatório e seus desdobramentos	45 dias	Relatório de atendimentos realizados	MOB	EIX		

*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.

RD02-6: Sistematizar, fundamentar e encaminhar demandas das pessoas atingidas a apresentação de demandas às instituições responsáveis pelo sistema de reparação, compensação e indenização, estando resguardada a possibilidade de registro de dados de identificação pessoal nesta hipótese, observadas as disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

INDICADOR:	Número de relatórios participativos das pessoas atingidas entregue a cada 6 meses	META:	1 relatório de demandas por semestre				
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-6.1	Elaborar documentos de encaminhamento das demandas da população atingida	45 dias	Demandas encaminhadas	EIX			
RD02-6.2	Realizar envio, monitoramento e acompanhamento das demandas comunitárias nos anexos do Novo Acordo do Rio Doce	45 dias	Relatório de monitoramento das demandas	EIX			
RD02-6.3	Realizar diálogo institucional com outros atores do processo reparatório	45 dias	Relatorias das reuniões realizadas	EIX			

*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.



Atividades de gestão do projeto de assessoria técnica independente							
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-7.1	Implementação do projeto de ATI no território	3 meses	-	LOG	ADM		
RD02-7.2	Revisar e implementar fluxos de trabalho do MRD a partir do Acordo	6 meses	fluxos do projeto implementados	OI			
RD02-7.3	Gerir estruturas físicas do projeto	1 mês	-	LOG			
RD02-7.4	Gerir estruturas digitais do projeto	1 mês	-	GI			
RD02-7.5	Desenvolver e implementar os aplicativos do Médio Rio Doce	3 meses	aplicativos desenvolvidos e implementados	GI			
RD02-7.6	Realizar contratação das vagas remanescentes do projeto e formação inicial das novas contratações	1 mês	Equipe contratada	ADM	TODAS		
RD02-7.7	Realizar gestão de pessoas do projeto	1 mês	-	TODAS			
RD02-7.8	Realizar gestão documental do projeto	1 mês	-	ADM	GI		
RD02-7.9	Realizar ciclo formativo das equipes do projeto	3 meses	Formações realizadas	TODAS			
RD02-7.10	Realizar prestação de contas finalística do projeto	6 meses	Relatório Finalístico	ADM			
RD02-7.11	Realizar prestação de contas financeira do projeto	6 meses	Relatório Financeiro	OI			
RD02-7.12	Executar ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) do projeto	1 mês	-	OI	TODAS		
RD02-7.13	Realizar análise de risco e segurança jurídica	1 mês	-	ADM			
RD02-7.14	Realizar desmobilização do projeto	3 meses	-	ADM	LOG		
RD02-7.15	Revisar o plano de trabalho da ATI	3 meses	Plano de trabalho revisado	OI	ADM	TODAS	
*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.							



09. ORÇAMENTO





9. ORÇAMENTO DETALHADO DO PROJETO

O presente orçamento foi elaborado com base em distribuição dos recursos previstos para o assessoramento técnico da população atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão no Anexo 6 do Acordo Judicial para Reparação Definitiva. Conforme apontado pela Aedas em diferentes comunicações à Anater, o contexto atípico do território do Vale do Aço (com população superior a 350.000 pessoas e 11 municípios), leva a uma distorção e desproporcionalidade dos recursos recebidos, em relação aos demais territórios da Bacia, nesse sentido, para mitigar os problemas encontrados, na elaboração orçamentária foram adotadas algumas soluções metodológicas abaixo apresentadas.

Prezando por uma eficiência financeira e boa gestão do recurso, foram identificados itens de recursos humanos e estrutura que, pelo caráter transversal de execução tendem a ser compartilhados entre os territórios assessorados pela Aedas. São eles:

- Materiais comunicativos;
- Softwares e contratos;
- Parte dos recursos humanos;
- Parte dos itens de custeio.

Os cargos de RH compartilhados estão sinalizados no organograma do projeto e destacados na planilha de Recursos Humanos na cor azul. Os itens de custeio compartilhados estão apresentados em planilha específica.

Para os materiais de comunicação e recursos humanos compartilhados, buscou-se preservar a proporcionalidade de custo entre os planos de trabalho. Já os itens de custeio compartilhados foram distribuídos igualmente entre os planos de trabalho do T.06, T07 e T.08. Isso se deve ao fato de que o plano de trabalho do Vale do Aço possui uma maior execução territorial que não é acompanhada do aumento proporcional de recursos, dessa forma, considerando o RH e custeio específico necessário, não seria possível realizar uma divisão proporcional dos itens de custeio sem prejudicar drasticamente os outros itens de execução.

Em relação a distribuição do orçamento por metas, foi adotada a seguinte metodologia:

- Para a rubrica de recursos humanos, a partir da distribuição das equipes entre as atividades, calculou-se a distribuição proporcional de cada uma das equipes entre as metas do plano de trabalho, multiplicando o valor encontrado pelo custo total da equipe;



- A rubrica de Comunicação foi inserida integralmente nas metas 02, 03 e 04, a partir de uma divisão simples entre as três;
- Para a rubrica de espaços participativos identificou-se quais metas são executadas por cada tipo de espaço tendo seu custo dividido respectivamente nas metas identificadas;
- Para a rubrica de custeio optou-se por uma divisão equânime entre todas as metas.

Por fim, em relação a divisão das metas nas parcelas de desembolso, considerou-se a liberação de uma primeira parcela de 08 meses, 05 parcelas de 06 meses e uma parcela final de 04 meses, com a divisão proporcional do recurso de cada rubrica nas parcelas. A exceção dessa regra é a rubrica de recursos humanos que respeita de forma direta o cronograma de desmobilização do projeto.

RESPLENDOR E ITUETA	nov/2025 - jun/2026	jul/2026 - dez/2026	jan/2027 - jun/2027	jun/2027 - dez/2027	jan/2028-jun/2028	jul/2028 - dez/2028	jan/2029 - abr/2029	TOTAL
TOTAL	R\$ 6.222.995,79	R\$ 4.343.944,05	R\$ 4.487.587,53	R\$ 3.105.915,62	R\$ 3.204.702,25	R\$ 3.193.876,39	R\$ 2.374.584,60	R\$ 26.933.606,24
Recursos Humanos	R\$ 4.098.101,19	R\$ 3.128.082,10	R\$ 3.364.232,80	R\$ 2.063.552,21	R\$ 2.220.737,96	R\$ 2.202.779,91	R\$ 1.516.970,42	R\$ 18.594.456,60
Custelo Compartilhado	R\$ 1.095.094,82	R\$ 298.865,81	R\$ 298.865,81	R\$ 298.865,81	R\$ 298.865,81	R\$ 298.865,81	R\$ 234.243,87	R\$ 2.823.667,75
Custelo Territorial	R\$ 421.884,44	R\$ 192.522,33	R\$ 192.522,33	R\$ 192.522,33	R\$ 192.522,33	R\$ 192.522,33	R\$ 128.348,22	R\$ 1.512.844,31
Metodologia Participativa	R\$ 173.002,09	R\$ 129.751,56	R\$ 129.751,56	R\$ 129.751,56	R\$ 129.751,56	R\$ 129.751,56	R\$ 86.501,04	R\$ 908.260,95
Comunicação	R\$ 16.950,86	R\$ 12.713,14	R\$ 12.713,14	R\$ 12.713,14	R\$ 12.713,14	R\$ 12.713,14	R\$ 8.475,43	R\$ 88.992,00
Taxa administrativa	R\$ 417.962,40	R\$ 270.859,32	R\$ 287.862,17	R\$ 194.213,16	R\$ 205.530,54	R\$ 204.237,56	R\$ 142.166,81	R\$ 1.722.831,96
Emissão de Nota Fiscal de Serviços prestados	R\$ -	R\$ 311.149,79	R\$ 201.639,71	R\$ 214.297,39	R\$ 144.580,91	R\$ 153.006,07	R\$ 257.878,81	R\$ 1.282.552,68
RD02-1	R\$ 504.440,08	R\$ 327.270,78	R\$ 347.358,95	R\$ 229.292,44	R\$ 242.084,38	R\$ 242.084,38	R\$ 173.809,62	R\$ 2.066.340,63
Recursos Humanos	R\$ 347.382,97	R\$ 265.171,29	R\$ 285.259,46	R\$ 167.192,96	R\$ 179.984,89	R\$ 179.984,89	R\$ 129.259,97	R\$ 1.554.236,43
Custelo Compartilhado	R\$ 98.558,53	R\$ 26.897,92	R\$ 26.897,92	R\$ 26.897,92	R\$ 26.897,92	R\$ 26.897,92	R\$ 21.081,95	R\$ 254.130,10
Custelo Territorial	R\$ 29.531,91	R\$ 13.476,56	R\$ 13.476,56	R\$ 13.476,56	R\$ 13.476,56	R\$ 13.476,56	R\$ 8.984,38	R\$ 105.899,10
Metodologia Participativa	R\$ 28.966,67	R\$ 21.725,00	R\$ 21.725,00	R\$ 21.725,00	R\$ 21.725,00	R\$ 21.725,00	R\$ 14.483,33	R\$ 152.075,00
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-
RD02-2								
Recursos Humanos	R\$ 441.306,57	R\$ 336.858,82	R\$ 362.336,77	R\$ 209.885,62	R\$ 225.914,68	R\$ 225.914,68	R\$ 162.222,12	R\$ 1.964.439,26
Custelo Compartilhado	R\$ 109.509,48	R\$ 29.886,58	R\$ 29.886,58	R\$ 29.886,58	R\$ 29.886,58	R\$ 29.886,58	R\$ 23.424,39	R\$ 282.366,77
Custelo Territorial	R\$ 37.969,60	R\$ 17.327,01	R\$ 17.327,01	R\$ 17.327,01	R\$ 17.327,01	R\$ 17.327,01	R\$ 11.551,34	R\$ 136.155,99
Metodologia Participativa	R\$ 9.951,06	R\$ 7.463,30	R\$ 7.463,30	R\$ 7.463,30	R\$ 7.463,30	R\$ 7.463,30	R\$ 4.975,53	R\$ 52.243,07
Comunicação	R\$ 16.950,86	R\$ 12.713,14	R\$ 12.713,14	R\$ 12.713,14	R\$ 12.713,14	R\$ 12.713,14	R\$ 8.475,43	R\$ 88.992,00
RD02-3	R\$ 660.668,49	R\$ 438.833,41	R\$ 462.609,16	R\$ 302.299,10	R\$ 315.915,02	R\$ 315.915,02	R\$ 223.969,17	R\$ 2.720.209,38
Recursos Humanos	R\$ 413.155,88	R\$ 315.355,76	R\$ 339.131,51	R\$ 178.821,44	R\$ 192.437,37	R\$ 192.437,37	R\$ 138.150,73	R\$ 1.769.490,06
Custelo Compartilhado	R\$ 109.509,48	R\$ 29.886,58	R\$ 29.886,58	R\$ 29.886,58	R\$ 29.886,58	R\$ 29.886,58	R\$ 23.424,39	R\$ 282.366,77
Custelo Territorial	R\$ 33.750,76	R\$ 15.401,79	R\$ 15.401,79	R\$ 15.401,79	R\$ 15.401,79	R\$ 15.401,79	R\$ 10.267,86	R\$ 121.027,54
Metodologia Participativa	R\$ 104.252,38	R\$ 78.189,29	R\$ 78.189,29	R\$ 78.189,29	R\$ 78.189,29	R\$ 78.189,29	R\$ 52.126,19	R\$ 547.325,00
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	R\$ -
RD02-4	R\$ 990.800,47	R\$ 646.437,64	R\$ 687.578,46	R\$ 415.614,30	R\$ 439.608,44	R\$ 439.608,44	R\$ 316.392,84	R\$ 3.936.040,58
Recursos Humanos	R\$ 715.738,55	R\$ 546.303,34	R\$ 587.444,16	R\$ 315.480,01	R\$ 339.474,14	R\$ 339.474,14	R\$ 243.686,64	R\$ 3.087.600,98
Custelo Compartilhado	R\$ 186.166,12	R\$ 50.807,19	R\$ 50.807,19	R\$ 50.807,19	R\$ 50.807,19	R\$ 50.807,19	R\$ 39.821,46	R\$ 480.023,52
Custelo Territorial	R\$ 59.063,82	R\$ 26.953,13	R\$ 26.953,13	R\$ 26.953,13	R\$ 26.953,13	R\$ 26.953,13	R\$ 17.968,75	R\$ 211.798,20
Metodologia Participativa	R\$ 29.831,98	R\$ 22.373,98	R\$ 22.373,98	R\$ 22.373,98	R\$ 22.373,98	R\$ 22.373,98	R\$ 14.915,99	R\$ 156.617,88
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	R\$ -
RD02-5	R\$ 363.689,68	R\$ 237.603,27	R\$ 253.265,41	R\$ 145.466,95	R\$ 154.264,83	R\$ 154.264,83	R\$ 111.309,58	R\$ 1.419.864,56
Recursos Humanos	R\$ 272.670,93	R\$ 208.119,98	R\$ 223.782,12	R\$ 115.983,66	R\$ 124.781,54	R\$ 124.781,54	R\$ 89.554,05	R\$ 1.159.673,83
Custelo Compartilhado	R\$ 65.705,69	R\$ 17.931,95	R\$ 17.931,95	R\$ 17.931,95	R\$ 17.931,95	R\$ 17.931,95	R\$ 14.054,63	R\$ 169.420,06
Custelo Territorial	R\$ 25.313,07	R\$ 11.551,34	R\$ 11.551,34	R\$ 11.551,34	R\$ 11.551,34	R\$ 11.551,34	R\$ 7.700,89	R\$ 90.770,66
Metodologia Participativa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-
RD02-6	R\$ 237.881,38	R\$ 142.144,83	R\$ 149.536,90	R\$ 97.073,96	R\$ 101.125,20	R\$ 101.125,20	R\$ 71.397,94	R\$ 900.285,41
Recursos Humanos	R\$ 129.089,34	R\$ 98.524,83	R\$ 105.916,91	R\$ 53.453,97	R\$ 57.505,21	R\$ 57.505,21	R\$ 41.267,95	R\$ 543.263,41
Custelo Compartilhado	R\$ 32.852,84	R\$ 8.965,97	R\$ 8.965,97	R\$ 8.965,97	R\$ 8.965,97	R\$ 8.965,97	R\$ 7.027,32	R\$ 84.710,03
Custelo Territorial	R\$ 75.939,20	R\$ 34.654,02	R\$ 34.654,02	R\$ 34.654,02	R\$ 34.654,02	R\$ 34.654,02	R\$ 23.102,68	R\$ 272.311,98
Metodologia Participativa								R\$ -
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	R\$ -
GESTÃO	R\$ 2.431.865,71	R\$ 1.565.396,17	R\$ 1.668.009,97	R\$ 1.230.382,66	R\$ 1.308.288,23	R\$ 1.290.330,18	R\$ 867.011,03	R\$ 10.361.283,95
Recursos Humanos	R\$ 1.778.756,96	R\$ 1.357.748,07	R\$ 1.460.361,87	R\$ 1.022.734,56	R\$ 1.100.640,13	R\$ 1.082.682,08	R\$ 712.828,96	R\$ 8.515.752,62
Custelo Compartilhado	R\$ 492.792,67	R\$ 134.489,62	R\$ 134.489,62	R\$ 134.489,62	R\$ 134.489,62	R\$ 134.489,62	R\$ 105.409,74	R\$ 1.270.650,49
Custelo Territorial	R\$ 160.316,09	R\$ 73.158,49	R\$ 73.158,49	R\$ 73.158,49	R\$ 73.158,49	R\$ 73.158,49	R\$ 48.772,32	R\$ 574.880,84
Metodologia Participativa								R\$ -
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	R\$ -

[illegible]



2. CUSTEIO E INFRAESTRUTURA

COM-2. CUSTO OPERACIONAL COMPARTILHADO								
COMPOSIÇÃO DO CUSTO - INFRAESTRUTURA								
Nº RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	MOMENTO DO DISPÊNDIO	COMPARTILHAMENTO DE ESTRUTURA	
COM-2.1	COMUNICAÇÃO							
COM-2.1.1	Despesas Postais/Correios	42	mês	R\$ 200,00	R\$ 8.400,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.1.2	Chip e crédito de celular pré pago	20	unid	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00	mensal	Compartilhada	
Sub-total (Custo)					R\$ 10.400,00			
COM-2.2	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA (INCLUSIVE ENCARGOS)							
COM-2.2.1	Serviços prestados - (Pessoa Jurídica e Física)	42	mês	R\$ 6.000,00	R\$ 252.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.2	Serviços prestados por profissional da Instituição	42	horas	R\$ 45.869,56	R\$ 1.926.521,52	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.3	Diárias Institucionais	130	unid.	R\$ 250,00	R\$ 32.500,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.4	Encadernações e Reprografia/Fotocópias e produtos personalizados	42	mês	R\$ 1.242,94	R\$ 52.203,48	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.5	Assessoria Jurídica	42	mês	R\$ 8.856,69	R\$ 371.980,98	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.6	Serviço Contábeis	46	mês	R\$ 9.643,00	R\$ 443.578,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.7	Multas, juros e tarifas extraordinárias	42	mês	R\$ 100,00	R\$ 4.200,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.8	Implantação da LGPD/PCEAT	6	unid.	R\$ 28.198,99	R\$ 169.193,94	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.9	Seguro trabalhista	8	ano	R\$ 10.000,00	R\$ 80.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.10	Seguro Escritórios, Equipamentos e Veículos	4	ano	R\$ 64.393,06	R\$ 257.572,24	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.11	Serviço de transporte	45	unid	R\$ 10.000,00	R\$ 450.000,00	mensal	Compartilhada	
Sub-total (Custo Fixo)					R\$ 4.039.750,16			
COM-2.3	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES							
COM-2.3.1	Conservação e Manutenção de Bens e Instalações	38	mês	R\$ 6.000,00	R\$ 228.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.2	Manutenção de equipamentos	42	mês	R\$ 16.357,14	R\$ 686.999,88	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.3	Conservação, Manutenção, Restauração de avarias dos automóveis e sinistro	38	unid	R\$ 5.457,00	R\$ 207.366,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.4	Alvará, taxa de fiscalização e funcionamento, taxa de incêndio e afins	4	ano	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.5	Serviços e bens de Segurança	42	mês	R\$ 2.000,00	R\$ 84.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.6	Prestação de Serviços para mobilização e desmobilização de infraestrutura	1	unid	R\$ 63.000,00	R\$ 63.000,00	final	Compartilhada	
COM-2.3.7	Aquisição de material para mobilização e desmobilização de infraestrutura	1	unid	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	final	Compartilhada	
Sub-total (Custo Fixo)					R\$ 1.319.365,88			
COM-2.4	DIVERSOS							
COM-2.4.1	Consumo - Lanches (escritório)	42	mês	R\$ 1.200,00	R\$ 50.400,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.2	Água potável	924	garrafão	R\$ 25,00	R\$ 23.100,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.3	Combustível	75.600	litro	R\$ 7,00	R\$ 529.200,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.4	Estacionamento / Pedágio	42	mês	R\$ 1.680,00	R\$ 70.560,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.5	Ônibus / Taxi / Outros	42	mês	R\$ 1.443,00	R\$ 60.606,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.6	Aquisição de Passagens	84	unid	R\$ 2.400,00	R\$ 201.600,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.7	Formação/capacitação equipe	16	unid.	R\$ 3.450,00	R\$ 55.200,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.8	Software, armazenamento em nuvem, contas de e-mail, programas e licenças de sistemas	4	Ano	R\$ 481.155,30	R\$ 1.924.621,20	inicial	Compartilhada	
Sub-total (Custo Fixo)					R\$ 2.915.287,20			
TOTAL CUSTO (R\$1,00) - OPERACIONAL					R\$ 8.284.803,24			
DESPESAS COM BENS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS								
COM-2.5	AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICOS							
COM-2.5.1	Notebook robusto + 3 anos de garantia estendida	4	unid.	R\$ 11.000,00	R\$ 44.000,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.2	Acessórios Audiovisuais	1	unid.	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.3	Equipamento de videoconferência	1	unid	R\$ 11.000,00	R\$ 11.000,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.4	Mesa de plástico	30	unid.	R\$ 350,00	R\$ 10.500,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.5	Cadeira de plástico	120	unid.	R\$ 80,00	R\$ 9.600,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.6	Utensílios de cozinha	42	mês	R\$ 950,00	R\$ 39.900,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.7	Chip para smartphone	10	unid.	R\$ 20,00	R\$ 200,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.8	Equipamentos e acessórios de informática	42	mensal	R\$ 500,00	R\$ 21.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.5.9	Cabos para infraestrutura da internet	16	unid.	R\$ 2.500,00	R\$ 40.000,00	inicial	Compartilhada	
TOTAL CUSTO (R\$1,00) - Bens, móveis e equipamentos					R\$ 186.200,00			
TOTAL CUSTEIO					R\$ 8.471.003,24			

2. CUSTEIO E INFRAESTRUTURA

CUSTO OPERACIONAL									
COMPOSIÇÃO DO CUSTO - INFRAESTRUTURA									
Nº RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO		CUSTO TOTAL	MOMENTO DO DISPÊNDIO	COMPARTILHAMENTO DE ESTRUTURA	
CP-2.1	COMUNICAÇÃO								
CP-2.1.1	Telefone (plano corporativo com linha exclusiva e internet)	42	mês	R\$	2.006,86	R\$	84.288,00	mensal	T7
CP-2.1.2	Telefone fixo e Internet (para os escritório)	42	mês	R\$	1.372,05	R\$	57.626,00	mensal	T7
Sub-total (Custo)						R\$	141.914,00		
CP-2.2	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA (INCLUSIVE ENCARGOS)								
CP-2.2.1	Plano de prevenção, medicina e segurança do trabalho	42	mês	R\$	384,88	R\$	16.165,00	mensal	T7
CP-2.2.2	Exames Clínicos (inclui admissional)	92	unid.	R\$	175,00	R\$	16.100,00	mensal	T7
CP-2.2.3	Diárias para equipe	1360	unid.	R\$	100,00	R\$	135.950,00	mensal	T7
CP-2.2.4	Contratação temporária de profissional	25	mês	R\$	7.492,81	R\$	187.320,25	mensal	T7
CP-2.2.5	Aluguel Veículos - Veículo modelo Hatch e Veículo modelo 4x4	42	mês	R\$	8.480,00	R\$	356.160,00	mensal	T7
Sub-total (Custo Fixo)						R\$	711.695,25		
CP-2.3	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES								
CP-2.3.1	Material de limpeza	42	mês	R\$	1.467,50	R\$	61.635,00	mensal	T7
CP-2.3.2	Material de copa e cozinha	42	mês	R\$	500,00	R\$	21.000,00	mensal	T7
Sub-total (Custo Fixo)						R\$	82.635,00		
CP-2.4	DIVERSOS								
CP-2.4.1	Material de Escritório	42	mês	R\$	467,00	R\$	19.614,00	mensal	T7
CP-2.4.2	Material de Ciranda	363	Nº de espaços	R\$	30,00	R\$	10.890,00	mensal	T7
CP-2.4.3	Aluguel de Imóvel - Escritórios/Garagem	42	mês	R\$	8.331,43	R\$	349.920,06	mensal	T7
CP-2.4.4	Energia elétrica	42	mês	R\$	666,00	R\$	27.972,00	mensal	T7
CP-2.4.5	Água e Esgoto	42	mês	R\$	64,05	R\$	2.690,00	mensal	T7
CP-2.4.6	Cavalete Flip Chart	1	unid.	R\$	326,00	R\$	326,00	mensal	T7
Sub-total (Custo Fixo)						R\$	411.412,06		
				325	R\$	1.347.656,31			
3.2 - DESPESAS COM BENS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS									
CP-2.5	AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICOS								
CP-2.5.1	Desktop alto desempenho + 2 anos de garantia estendida (Não utilizada)	2	unid.	R\$	13.000,00	R\$	26.000,00	inicial	T7
CP-2.5.2	Notebook Padrão + 3 anos de garantia estendida	12	unid.	R\$	8.500,00	R\$	102.000,00	inicial	T7
CP-2.5.3	Projetores	1	unid.	R\$	2.500,00	R\$	2.500,00	inicial	T7
CP-2.5.4	Tela para projeção	1	unid.	R\$	1.250,00	R\$	1.250,00	inicial	T7
CP-2.5.5	Caixa de som com microfone e auxiliares	2	unid.	R\$	4.000,00	R\$	8.000,00	inicial	T7
CP-2.5.6	Bebedouro	2	unid.	R\$	400,00	R\$	800,00	inicial	T7
CP-2.5.7	microondas	2	unid.	R\$	875,00	R\$	1.750,00	inicial	T7
CP-2.5.8	Aparelho telefônico móveis (smartphone)	8	unid.	R\$	1.500,00	R\$	12.000,00	inicial	T7

CP-2.5.9	Acessórios de smartphone	8	unid.	R\$	48,50	R\$	388,00	inicial	T7
CP-2.5.10	Impressora colorida profissional	1	unid.	R\$	6.000,00	R\$	6.000,00	inicial	T7
CP-2.5.11	Switich	1	unid.	R\$	4.500,00	R\$	4.500,00	inicial	T7
TOTAL CUSTO (R\$1,00) - Bens, móveis e equipamentos						R\$	165.188,00		
TOTAL CUSTEIO						R\$	1.512.844,31		

3. METODOLOGIA PARTICIPATIVA

ESPAÇO PARTICIPATIVO 01 - (até 10 pessoas)							
COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO							
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo (R\$)		Reaj. anual	exec. estimada	Custo estimado
Alimentação (almoço e lanche)	R\$ 50,00	10	R\$ 500,00	2025	1,00	4	R\$ 17.000,00
Material Pedagógico	R\$ 5,00	10	R\$ 50,00	2026	1,05	24	R\$ 107.100,00
Transporte equipe	R\$ -	1	R\$ -	2027	1,10	24	R\$ 112.200,00
Transporte atingidos/as	R\$ 3.200,00	1	R\$ 3.200,00	2028	1,15	20	R\$ 97.750,00
Materiais descartáveis de uso pessoal	R\$ 1,00	0	R\$ -	2029	1,20	12	R\$ 61.200,00
Material de Limpeza	R\$ -	1	R\$ -	Total geral			R\$ 395.250,00
Contratação de Monitor/a Ciranda	R\$ 250,00	0	R\$ 500,00				
Custo Unitário Total			R\$ 4.250,00				
ESPAÇO PARTICIPATIVO 02 - (até 50 pessoas)							
COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO							
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo (R\$)		Reaj. anual	exec. estimada	Custo estimado
Alimentação (lanche)	R\$ 10,00	50	R\$ 500,00	2025	1,00	4	R\$ 3.500,00
Materiais descartáveis	R\$ 1,00	50	R\$ 50,00	2026	1,05	140	R\$ 128.625,00
Material de Limpeza	R\$ -	1	R\$ -	2027	1,10	140	R\$ 134.750,00
Impressões gráficas	R\$ 1,50	50	R\$ 75,00	2028	1,15	136	R\$ 136.850,00
Contratação de Monitor/a Ciranda	R\$ 250,00	1	R\$ 250,00	2029	1,20	50	R\$ 52.500,00
Custo Unitário Total 2025			R\$ 875,00	Total geral			R\$ 456.225,00
ESPAÇO PARTICIPATIVO 03 (até 200 pessoas)							
COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO							
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo (R\$)		Reaj. anual	exec. estimada	Custo estimado
Alimentação (lanche)	R\$ 10,00	200	R\$ 2.000,00	2025	1,00	1,3	R\$ 7.423,00
Material Pedagógico	R\$ 10,00	200	R\$ 2.000,00	2026	1,05	2,6	R\$ 15.588,30
Transporte equipe	R\$ -	1	R\$ -	2027	1,10	2,6	R\$ 16.330,60
Transporte atingidos/as	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00	2028	1,15	1,3	R\$ 8.536,45
Materiais descartáveis de uso pessoal	R\$ 1,00	200	R\$ 200,00	2029	1,20	1,3	R\$ 8.907,60
Material de Limpeza	R\$ 10,00	1	R\$ 10,00	Total geral			R\$ 56.785,95
Contratação de Monitor/a Ciranda	R\$ 250,00	3	R\$ 500,00	TOTAL ESPAÇOS PARTICIPATIVOS			R\$ 908.260,95
Custo Unitário Total			R\$ 5.710,00				



4. COMUNICAÇÃO

4.1 - PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, AUDIOVISUAL																																															
COMPOSIÇÃO DE CUSTO																																															
		nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27	mai/27	jun/27	jul/27	ago/27	set/27	out/27	nov/27	dez/27	jan/28	fev/28	mar/28	abr/28	mai/28	jun/28	jul/28	ago/28	set/28	out/28	nov/28	dez/28	jan/29	fev/29	mar/29	abr/29				
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	CUSTO UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)		
5.1.1 - Folder	5400			300			500			300			500			300			500			300			500			300			500			300			500			300			300		R\$ 7,20	R\$ 38.880,00	
5.1.2 - Tabloide (Jornal)	40000			2000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		R\$ 2,40	R\$ 96.000,00		
5.1.3 - Cartilhas - Formação	2700				300			200			300		200			300			300				200		300				300			150			150									R\$ 29,00	R\$ 78.300,00		
5.1.4 - Informativos/panfletos	5200			400			400			400			400			400			400			400			400			400			400			400			400			400			400		R\$ 0,60	R\$ 3.120,00	
5.1.5 - Produtos audiovisuais	29					1		1			2		3		1		2		1			1			3		1		1		2				1	2	1		2	2	1	1		R\$ 2.500,00	R\$ 72.500,00		
5.1.6 - Veiculação de programa de rádio	82	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	R\$ 1.000,00	R\$ 82.000,00		
TOTAL (R\$)																																												R\$		370.800,00	

PROJEÇÃO MENSAL ESTIMADA PARA FINS DE CÁLCULO DE ORÇAMENTO TOTAL. QUANTIDADES MENSAIS PODEM VARIAR NO DECORRER DA EXECUÇÃO

5. DIÁRIAS

3.1.2.5 - ESTIMATIVA DE VALORES DE DESEMBOLSO PARA ATIVIDADES DE CAMPO PARA EQUIPE

CARGO	DIAS DE CAMPO X SEMANA	Nº DE SEMANAS DE EXERCÍCIO	TOTAL DIÁRIAS	VALOR TOTAL DIÁRIAS
COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETO	0,5	42	21	R\$ 2.100,00
COORDENAÇÃO GERAL	0,5	50	25	R\$ 2.500,00
COORDENAÇÃO IMEDIATA/GO	0,5	25	12,5	R\$ 1.250,00
COORDENAÇÃO IMEDIATA (mobilização)	1	42	42	R\$ 4.200,00
ASSESSOR/A TÉCNICO/A JÚNIOR	2	74	148	R\$ 14.800,00
ASSESSOR/A TÉCNICO/A PLENO/A	2	419	838	R\$ 83.800,00
COORDENAÇÃO GERAL (Gestão da Informação)	0	42	0	R\$ -
ANALISTA ADMINISTRATIVO (Logística)	0,5	42	21	R\$ 2.100,00
ASSESSOR/A TÉCNICO/A PLENO/A (Gestão da Informação)	0	163	0	R\$ -
PROFISSIONAL DE LIMPEZA	0	42	0	R\$ -
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2	42	84	R\$ 8.400,00
RECEPCIONISTA	0	42	0	R\$ -
MOTORISTA	2	84	168	R\$ 16.800,00
			1360	R\$ 135.950,00

VALOR DA DIÁRIA			
ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
Lanche	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00
Almoço	1	R\$ 60,00	R\$ 60,00
VALOR TOTAL			R\$ 100,00

ESTIMATIVA DE Nº DE DIÁRIAS POR PROFISSIONAL PARA CÁLCULO DE VALOR TOTAL DE DIÁRIAS. A EXECUÇÃO DE DIÁRIAS POR CARGO PODE TER VARIAÇÕES COM BASE NA NECESSIDADE DO PROJETO

6. SOFTWARES

2.4.8 - ESTIMATIVA DE LICENÇAS DE SOFTWARES

EQUIPE	LICENÇA/ PLATAFORMA	QUANTIDADE	VALOR UNIDADE	VALOR TOTAL	PERIODICIDADE	OBSERVAÇÕES
GI	Licenças Microsoft 365 Business Premium (Nonprofit)	130	R\$ 630,00	R\$ 81.900,00	Anual	Uma licença por colaborador
GI	Kaspersky Endpoint Security Cloud PRO	120	R\$ 180,00	R\$ 21.600,00	Anual	Antivírus - 1 licença por equipamento
GI	TeamViewer	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Anual	
GI	Microsoft Power BI Pro	10	R\$ 425,25	R\$ 4.252,50	Anual	
GI	Microsoft Power Automate	5	R\$ 1.320,00	R\$ 6.600,00	Anual	
GI	Microsoft Power Apps	110	R\$ 580,00	R\$ 63.800,00	Anual	
GI	Plagius	6	R\$ 598,80	R\$ 3.592,80	Anual	
GI	Windows 365	10	R\$ 6.000,00	R\$ 60.000,00	Anual	
GI	Windows Pro	12	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00	Anual	
Comunicação	Adobe Creative Cloud Teams	4	R\$ 2.812,50	R\$ 11.250,00	Anual	
GI	Clouds de Armazenamento	12	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00	Anual	
RH	Tangerino	1	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00	Anual	
PROJETO	Monday	1	R\$ 112.500,00	R\$ 112.500,00	Anual	
GI	Espaço adicional para armazenamento no Sharepoint	1	R\$ 59.560,00	R\$ 59.560,00	Anual	
TOTAL ANUAL				R\$ 481.155,30		

PROJEÇÃO ESTIMADA PARA FINS DE CÁLCULO DE ORÇAMENTO TOTAL. QUANTIDADES E AQUISIÇÕES PODEM VARIAR NO DECORRER DA EXECUÇÃO



10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução n. 60/147 de 2005: PRINCÍPIOS BÁSICOS E DIRETRIZES SOBRE O DIREITO A MEDIDAS DE SANEAMENTO E REPARAÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLAÇÕES GRAVES AO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E AO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO. Disponível em:

https://gaz.wiki/wiki/pt/Basic_Principles_and_Guidelines_on_the_Right_to_a_Remedy_and_Reparation_for_Victims_of_Gross_Violations_of_International_Human_Rights_Law_and_Serious_Violations_of_International_Humanitarian_Law

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 165, 31 ago. 1981.

BRASIL. Lei n. 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 74, 17 abr. 2003.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 222, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 155, 15 ago. 2018.

BRASIL. Projeto de lei federal n. 2.788, de /2019. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138122>

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 17ª ed

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 25 set. 2025.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37750&catid=1. Acesso em: 26 set. 2025.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 14, p. 143-157, jul./dez. 2010.

MINAS GERAIS. Lei estadual n. 23.795, de 15 de janeiro de 2021. Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23795-2021-minas-gerais-institui-apolitica-estadual-dos-atingidos-por-barragens-peab-e-da-outras-rovidencias>

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima, v. 23, n. 3, p. 161-190, set./dez. 2017.

WERNECK, Nisia Maria Duarte et al. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

